CAIXA WEALTH DEFENSIVO PPR/OICVM

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma

RELATÓRIO E CONTAS

31 de dezembro de 2024

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.
Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 9.300.000 - CRC de Lisboa e contribuinte 502 454 563

INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 3
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO 3
MERCADOS FINANCEIROS 6
PERSPETIVAS PARA 2025 10
MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO 12
ATIVIDADE DO FUNDO 14
Caracterização 14
Estratégia de investimento 14
Avaliação do desempenho 15
Demonstração do património em 31 de dezembro de 2024 15
Caracterização dos Valores Mobiliários 15
Composição da carteira 16
Rendibilidades e Risco 16
Dados Históricos 16
Sustentabilidade 18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 19
BALANÇOS 20
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS 21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 22
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 23
DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 24
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO - SUSTENTABILIDADE 46
RELATÓRIO DE AUDITORIA 62

RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento Económico

A economia global continuou a demonstrar em 2024 uma resiliência considerável, mesmo diante de condições financeiras ainda restritas e de uma crescente incerteza de caráter geopolítico. A dissipação dos efeitos dos choques que derivaram da pandemia, a permanência do desemprego num patamar muito baixo e a recuperação dos salários reais, possibilitou um crescimento global de 3,2%, de acordo com as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas em outubro, próximo dos 3,3% de 2023. A ligeira moderação adveio do arrefecimento das economias emergentes, de 4,4% para 4,2%, por oposição à aceleração modesta das desenvolvidas, de 1,7% para 1,8%. A expansão da atividade beneficiou também do contributo do comércio internacional, mesmo em face de tensões geopolíticas persistentes, em parte porque as limitações transfronteiriças que impactaram as trocas entre regiões geograficamente distantes foram compensadas pelas relações entre economias próximas. No que concerne à evolução dos preços, a inflação no consumidor denotou um ritmo de moderação, embora mais gradual do que o verificado no ano anterior, devido ao contributo dos preços no setor dos serviços que se manteve elevado. A redução da inflação e a expetativa que atingisse os objetivos em vários países, permitiu aos principais bancos centrais dar início ao ciclo de redução das taxas diretoras, ainda que, no final do ano, a política monetária mantivesse um caráter restritivo na maioria das regiões.

Indicadores Económicos

Valores em %

	PIB real		Inflação		Taxa de desemprego	
	2023	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**
Global	**3.3**	**3.2**	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EUA	**2.9**	**2.8**	**4.1**	**3.0**	**3.6**	**4.1**
União Europeia [(a)]	0.4	0.9	6.4	2.6	6.1	6.1
Área Euro	**0.4**	**0.8**	**5.4**	**2.4**	**6.6**	**6.5**
Alemanha	-0.3	-0.1	6.0	2.4	3.1	3.3
França	0.9	1.1	5.7	2.4	7.3	7.4
Espanha	3.3	3.6	3.4	2.8	12.2	11.5
Itália	0.7	0.7	3.9	2.2	7.7	6.8
Reino Unido	**0.3**	**1.1**	**7.3**	**2.6**	**4.3**	**4.1**
Japão	**1.7**	**0.3**	**3.3**	**2.2**	**2.6**	**2.5**
Rússia	**3.6**	**3.6**	**5.9**	**7.9**	3.2	2.6
China	**5.2**	**4.8**	**0.2**	**0.4**	5.2	5.1
Índia	**8.2**	**7.0**	**5.4**	**4.4**	n.d.	n.d.
Brasil	**2.9**	**3.0**	**4.6**	**4.3**	8.0	7.2

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2024; Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2024.

O ritmo de expansão da economia norte-americana voltou a contribuir de forma decisiva para o crescimento global. Conforme a estimativa do FMI, a expansão de 2,8% em 2024, marginalmente inferior à do ano anterior, de 2,9%, foi suportada pelo desempenho das despesas das famílias, que beneficiaram do aumento dos salários reais, e pelo crescimento do investimento não-residencial. Apesar dos níveis de restritividade financeira terem permanecido elevados, os consumidores continuaram a recorrer, de forma

substancial, ao crédito para manterem os seus padrões de consumo. Para tal, contribuiu o sentimento relativamente otimista destes, suportado pelo mercado de trabalho que se demonstrou mais robusto que o antecipado. Em concreto, no ano foram gerados 2,2 milhões de postos de trabalho, cerca de menos um milhão do que em 2023, o que permitiu que em 2024 fosse alcançado um novo máximo histórico, superior a 159 milhões. O desemprego permaneceu num patamar reduzido, com a taxa a apresentar um valor médio de 3,6%, tendo evidenciando o primeiro aumento anual desde 2020. Quanto ao crescimento dos preços, a tendência de desinflação, que teve início a partir do final de 2022, prolongou-se durante grande parte do ano, à medida que diversas fontes de pressões, nomeadamente o mercado de trabalho sobreaquecido e os custos elevados com a habitação, continuaram a dissipar-se. Depois de a variação homóloga do índice de preços no consumidor ter encerrado 2023 nos 3,4%, registou em setembro o valor mais baixo em cerca de três anos, de 2,4%, fixando-se em novembro em 2,7%. Neste contexto, após ter incrementado a taxa de *fed funds* (FF) até um máximo de 22 anos, a Reserva Federal (*Fed*) encetou, a partir de setembro, um ciclo de flexibilização monetária, o que se traduziu em uma diminuição de 100 p.b., tendo o limite máximo desta taxa (*upper bound*) terminado o ano em 4,50%, o nível mais baixo desde o início de 2022. No entanto, ao invés de constituir uma resposta a um período de fraqueza económica, os catalisadores para este ajuste refletiram os progressos da inflação condizentes com a aproximação ao objetivo de evolução de médio prazo dos preços.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação em %, exceto onde indicado

	União Europeia		Área Euro	
	2023	**2024**	**2023**	**2024**
PIB real	**0.4**	**0.9**	**0.4**	**0.8**
Consumo privado	0.5	1.2	0.6	0.9
Consumo público	1.7	2.1	1.6	1.9
Formação Bruta de Capital Fixo	1.8	-1.6	1.6	-1.9
Exportações	0.1	1.4	-0.7	1.4
Importações	-1.2	0.2	-1.3	0.0
Inflação	6.4	2.6	5.4	2.4
Taxa de desemprego (em %)	6.1	6.1	6.6	6.5
Saldo orçamental (em % do PIB)	-3.5	-3.1	-3.6	-3.0

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2024.

Apesar da melhoria, a economia da Área Euro reteve em 2024 um ritmo de expansão modesto. De acordo com o FMI, o crescimento económico acelerou de 0,4% em 2023 para 0,8%. Na primeira metade do ano o crescimento adveio somente do contributo das exportações líquidas, num contexto em que os principais clientes da região mantiveram crescimentos apreciáveis, enquanto a procura interna prolongou o período de contração iniciado ainda no início da segunda metade do ano anterior. Apesar de a taxa de desemprego ter atingido sucessivos mínimos ao longo do ano, cifrando-se a 6,3% em novembro, e o crescimento dos salários permanecer elevado, o aumento do custo de vida percecionado foi substancial, o que, aliado à crescente incerteza quanto a choques externos e o contexto de taxas de juro elevadas, incentivaram as famílias a desviar uma proporção crescente do seu rendimento para as poupanças. O investimento gerou, de forma transversal na maioria Estados-membros, um significativo contributo negativo em função dos consideráveis desafios de competitividade que diversos setores manufatureiros continuaram a vivenciar. A partir do segundo semestre assistiu-se a uma melhoria não só do investimento como do consumo. Relativamente aos preços, a variação homóloga do índice harmonizado de preços ao consumidor

apresentou uma tendência de queda ao longo do ano, mais pronunciada na primeira metade, tendo descido de 2,9%, em dezembro de 2023, para 2,4% no final de 2024, aproximando-se da meta de médio prazo de Banco Central Europeu (BCE), de 2,0%. Em semelhança da Reserva Federal dos EUA, visando tornar as condições financeiras mais favoráveis, o BCE iniciou a partir de junho um processo de ajuste do grau de restritividade da política monetária, o que se traduziu em uma redução de 100 p.b. da taxa de juro da facilidade de depósito até ao final do ano, para 3,00%, o mínimo desde 2023.

Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas em %, exceto onde indicado

	2022	2023	2024
PIB real	**7.0**	**2.5**	**1.7**
Consumo privado	5.6	2.0	3.0
Consumo público	1.7	0.6	1.1
Formação Bruta de Capital Fixo	3.3	3.6	0.5
Exportações	17.2	3.5	3.9
Importações	11.3	1.7	5.2
Inflação	8.1	5.3	2.6
Taxa de desemprego (em %)	6.2	6.5	6.4
Saldo orçamental (em % do PIB)	-0.3	1.2	0.6
Dívida Pública (em % do PIB)	111.2	97.9	91.2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2024.

No que diz respeito à economia portuguesa, e conforme o Boletim Económico de dezembro de 2024, o Banco de Portugal (BdP) estima que o crescimento económico tenha sido de 1,7%, depois de 2,5% em 2023. O abrandamento deveu-se ao contributo inferior do investimento, decorrente da componente pública. O crescimento do consumo das famílias acelerou para 3,0%, após 2,0% em 2023, beneficiando da robustez do mercado de trabalho e da recuperação dos salários reais. Em termos médios anuais, o BdP prevê que a taxa de desemprego se tenha situado em 6,4%, depois de 6,5% no ano anterior. A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental portuguesa favoreceu de igual modo para um novo ano de crescimento positivo. Quanto ao setor externo, as exportações cresceram de forma mais expressiva do que em outros países da Área Euro, seja porque em alguns deles o setor exportador enfrentou dificuldades de competitividade, seja porque as vendas de bens transacionáveis portugueses voltou a conquistar quotas de mercado. Adicionalmente, o impacto do turismo voltou a ser determinante, com um novo recorde de fluxo de visitantes do exterior. No caso da inflação, observou-se o aumento da variação anual do índice harmonizado europeu, de acordo com o Eurostat passou de 1,9% em dezembro de 2023 para 3,1% em dezembro de 2024, depois de ter alcançado 1,8% em agosto, o valor mais baixo desde o final de 2021. A reaceleração no fim do ano esteve associada a efeitos de base desfavoráveis dos custos com a energia.

O crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento permaneceu estável em 2024, com a projeção do FMI a apontar para um valor de 4,2%, no seguimento de 4,4% em 2023. O ritmo de expansão foi tendencialmente revisto em alta, refletindo, principalmente, as atualizações efetuadas para a China e, sobretudo, para a Índia. Apesar da moderação, o crescimento de 7,0% da economia indiana, depois de 8,2%, voltou a destacar-se, enquanto os 4,8% da China, após 5,2% em 2023, não permitiram alcançar o objetivo governamental de 5,0%. Neste contexto, os responsáveis pela política económica em Pequim anunciaram um conjunto de incentivos ao crescimento, desde o reforço dos estímulos monetário, ao apoio direto ao setor imobiliário, às famílias e mesmo aos mercados financeiros. Um arrefecimento ligeiro terá sido igualmente registado na América Latina, devido particularmente ao México, uma vez que o PIB do

Brasil acelerou, de 2,9% para 3,0%, bem como na Europa de Leste, onde a Rússia surpreendeu com a repetição do crescimento de 3,6%. A inflação arrefeceu na grande maioria dos países emergentes, permitindo aos bancos centrais estenderem o período de reduções das taxas diretoras, com exceção do Brasil e da Rússia.

Na geopolítica mundial, em 2024 um número sem precedentes de eleitores compareceu às urnas eleitorais. No “Ano da Democracia”, como foi denominado, o principal ato teve lugar nos EUA, onde o ex-Presidente Donald Trump foi eleito 47º presidente, com destaque, também, para o facto de o Partido Republicano ter assegurado o controlo das duas câmaras do Congresso. No Reino Unido, nas Eleições Gerais do dia 4 de julho, o Partido Trabalhista obteve uma maioria absoluta, enquanto em França a convocação de eleições legislativas antecipadas resultou numa fragmentação da Assembleia Nacional e posterior dificuldade na formação de um governo capaz de fazer aprovar o Orçamento do Estado para 2025. O sudeste asiático continuou a ser o palco das tenções comerciais. Em maio, o presidente Joe Biden decretou o aumento das tarifas sobre uma série de produtos chineses considerados estratégicos, enquanto em junho aumentaram tensões entre a UE e a China, no seguimento da Comissão Europeia ter decidido incrementar as tarifas sobre a importação de veículos elétricos chineses em todo o espaço europeu. Em relação aos conflitos militares, a guerra que opõe a Ucrânia e a Rússia prolongou-se pelo terceiro ano, tendo-se assistido à intensificação dos combates e a avanços e recuos constantes de ambos os lados. No Médio Oriente, assistiu-se a um agravamento do conflito, a par de um aumento das forças envolvidas. Para além do Hamas na Faixa de Gaza, a organização político-militar Hezbollah desencadeou uma série de ataques no norte de Israel, a partir do Líbano, enquanto o Irão lançou diversos misseis contra alvos israelitas. O final do ano seria ainda marcado pelo derrube do governo do presidente sírio, Bashar al-Assad, por uma coligação de forças rebeldes.

Mercados Financeiros

No ano de 2024, o início do processo de flexibilização da política monetária por parte dos principais bancos centrais, num contexto de redução da inflação, em simultâneo com a resiliência do crescimento económico global, impulsionaram a valorização transversal das diversas classes de ativos. O desempenho positivo foi mais saliente na classe de ações, sendo que as restantes categorias de investimentos também evidenciaram ganhos, embora não tão substanciais.

No **Mercado Monetário**, as taxas de referência de curto prazo dos EUA e da Área Euro evidenciaram uma descida significativa, acompanhando as decisões de redução das taxas de referência dos respetivos bancos centrais, tendo inclusivamente a maioria dos prazos alcançado mínimos de cerca de dois anos.

Em específico, a Sofr, o indexante para operações em dólares, registou um decréscimo de 102 pontos base (p.b.), para 4,30%, no prazo de 3 meses, de 89p.b., para 4,24%, no de 6 meses e de 58p.b., para 4,17%, a 12 meses. De forma similar, a taxa Euribor, o indexante para aplicações em euros, diminuiu, tendo variado -119p.b., para 2,71%, na maturidade de 3 meses, -129p.b., para 2,56%, na de 6 meses e de -105p.b., para 2,46%, a 12 meses.

No que se refere ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, a performance dos índices de referência para os EUA e a Área Euro foi penalizada, durante os primeiros meses do ano, pelo enquadramento caracterizado pela persistência de pressões inflacionistas, apesar do grau restritivo da política monetária adotado pelos principais bancos centrais, com as yields a subirem para um patamar próximo dos níveis mais elevados dos últimos 20 anos. No entanto, no decurso de 2024, as evidências de gradual moderação do crescimento dos preços, possibilitou o, subsequente, movimento de apreciação destes títulos. Desta forma, apesar de no último trimestre do ano findo se ter assistido a um segundo período de queda, principalmente das obrigações com maturidades mais longas, em 2024 registaram-se valorizações ligeiras destes mercados, de 0,6% nos EUA e de 1,9% na Área Euro.

Em particular, a valorização mercado obrigacionista dos EUA foi, sobretudo a partir de meados do ano, marcada pelos receios que uma iminente deterioração do emprego pudesse conduzir a uma recessão económica no curto prazo. Neste âmbito, perante os sinais de que a evolução mensal dos preços refletia

o início de um processo desinflacionista e o carácter restritivo da política monetária, a *Fed* decretou as primeiras reduções das taxas diretoras em mais de quatro anos, num total de 100 p.b.. Contudo, as preocupações com o mercado de trabalho vieram a revelar-se demasiado exageradas e, posteriormente, as políticas fiscais expansionistas defendidas pelo novo presidente eleito dos EUA, Donald Trump, tais como a diminuição de impostos e a desregulamentação, condicionaram a rendibilidade dos títulos de dívida pública norte-americana nos últimos meses. Neste enquadramento, em 2024, o desempenho destas obrigações, em média, resultou primordialmente da componente de rendimento, ou seja do recebimento dos cupões, com a yield das obrigações do tesouro dos EUA com maturidade mais curtas a manter-se relativamente estável e da mais longas a subir, como foi o caso das de 10 anos, que variou 73 p.b.. Na Área Euro, a tendência de aumento das yields nos prazos mais longos foi semelhante, contudo de menor dimensão, tendo as de prazos mais curtos evidenciado, inclusivamente, uma diminuição das taxas implícitas. Nesta envolvente, a yield germânica a 2 anos registou uma variação negativa de 32 p.b., e a de 10 anos, positiva de 34 p.b.. Para tal contribuiu, em grande medida, a postura do BCE ao revelar uma maior flexibilidade na condução da sua política monetária face à *Fed*, devido quer ao cenário mais benigno da inflação, quer à menor solidez do crescimento económico na região europeia. Ainda assim, esta autoridade reduziu a taxa da facilidade de depósito nos mesmos 100 p.b., pese embora tenha encetado o ajuste do grau de restritividade mais cedo e transmitido uma retórica mais focada nos riscos para o crescimento económico da região. Adicionalmente, o mercado de dívida pública da Área Euro foi beneficiado pela redução dos prémios de risco de emissões de Estados-membros, ou seja, os diferenciais entre as yields de governos europeus face às da Alemanha, com o alargamento do de França a ser uma exceção. De facto, o custo de financiamento da dívida pública francesa, a 10 anos, suplantou o de Portugal e o de Espanha pela primeira vez desde a crise financeira de 2008. O impasse desde o resultado das eleições legislativas alimentou, deste então, a apreensão acerca da saúde financeira em função do défice orçamental e do respetivo aumento da dívida pública. Em contraposição, os países do sul da Europa beneficiaram de um crescimento económico superior ao da França e da própria Alemanha, e da diminuição dos défices orçamentais e dos rácios de dívida.

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** denotaram rendibilidades positivas, em maior magnitude nos segmentos de grau especulativo, dando continuidade ao bom desempenho observado no ano anterior. A flexibilização da política monetária dos principais bancos centrais, e o consequente impacto na descida das taxas de juro, principalmente nos prazos de menor maturidade e nos títulos expressos em euros, em simultâneo com o movimento de estreitamento dos prémios de risco creditício das empresas, foram determinantes para este desempenho. Neste enquadramento, os prémios das emissões de dívida privada em euros alcançaram, em média, o mínimo desde o início de 2022 e os de obrigações em dólares, após uma tendência muito favorável atingiram um valor próximo dos níveis mais reduzidos do presente século. Em termos setoriais, a redução dos prémios foi mais vincada, em ambas as moedas, nas emissões de financeiras, reflexo de resultados favoráveis, de rácios de capital sólidos e da perspetiva de melhoria da rendibilidade das instituições em função do aumento da inclinação das curvas de rendimentos obrigacionistas. Em adição, destaque ainda para os setores de energia e de *utilities* que vivenciaram um crescimento da procura, em particular de eletricidade, devido ao processo de transição energética e às necessidades geradas pelo desenvolvimento de tecnologia de inteligência artificial. Ao nível dos volumes totais de novas emissões corporativas na Europa e nos EUA, pese embora a diminuição da atividade na parte final do ano, em função das incertezas quanto ao resultado das eleições norte-americanas e à consequente condução da política económica, em 2024 registou-se um aumento das mesmas face ao ano anterior, o que culminou no valor de dívida emitida mais elevada em quatro anos. As principais agências de notação de risco creditício salientaram a relativa estabilidade da qualidade de crédito, apesar de alguma deterioração da capacidade do serviço da dívida, sustentada por lucros saudáveis e beneficiando da resiliência económica e da solidez do consumo. Ademais, a flexibilização da política monetária, sobretudo nos EUA e na Área Euro, constituiu outro fator de suporte e veio melhorar as condições de financiamento, contribuindo para a redução dos incumprimentos a partir da segunda metade do ano.

Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

	2023	2024
Obrigações do Tesouro		
EUA	4.1%	0.6%
Área Euro	7.1%	1.9%
Alemanha	5.6%	0.6%
Itália	9.3%	5.3%
Portugal	8.4%	2.9%
Obrigações de Dívida Privada - Crédito		
Investment Grade em dólares	8.5%	2.1%
Investment Grade em euros	8.2%	4.7%
High Yield em dólares	13.4%	8.2%
High Yield em euros	12.1%	8.2%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

A classe de **Ações** registou valorizações nos mercados mais preponderantes, com alguns dos principais índices, tais como o dos EUA e o da Área Euro, a alcançarem inclusivamente novos máximos históricos. Para esta dinâmica demonstrou-se relevante o prolongar do ímpeto económico por mais tempo, em especial o norte-americano, em paralelo com a desaceleração da inflação que permitiu a um conjunto alargado de bancos centrais, o muito aguardado e antecipado, alívio do aperto monetário. O bloco dos mercados desenvolvidos denotou, à semelhança do ano anterior, ganhos mais significativos do que os dos emergentes, em virtude do contributo substancial dos EUA e também do impacto positivo da apreciação do dólar. Para esta envolvência revelou-se determinante as evidências de robustez da economia, perante os receios sobre um possível abrandamento da atividade económica norte-americana. Este contexto refletiu-se nos resultados empresariais, em média, acima do esperado. Em paralelo, este mercado foi impulsionado pelo entusiasmo e as expectativas relacionadas com o potencial da inteligência artificial. Ainda nos EUA, a vitória do candidato Republicano, Donald Trump, nas eleições presidenciais, e do mesmo partido, no Senado e na Câmara dos Representantes, gerou um maior otimismo acerca das perspetivas de crescimento económico e, consequentemente, para a evolução da classe acionista. Neste âmbito salienta-se a provável extensão, em 2025, da Lei de Reduções de Impostos e Emprego de 2017 (*TCJA - Tax Cuts and Jobs Act*), a maior redução de impostos em 30 anos. Além disso, na vertente corporativa é expectável a diminuição da taxa sobre as empresas, de 21% para 15%, o que a colocaria num dos níveis mais baixos entre os parceiros da OCDE, consubstanciando-se num significativo ganho de competitividade das empresas norte-americanas. Esta envolvência, a par da flexibilização da política monetária por parte do BCE, influiu positivamente no mercado europeu, o qual, contudo, foi condicionado pelo baixo crescimento económico da região, pela persistência do conflito militar na Ucrânia e pelas incertezas políticas em alguns Estados-membros. O índice de referência do Japão, que apresentou igualmente uma tendência positiva, foi suportado pela depreciação do iene, face às principais moedas globais, e pela postura cautelosa do Banco do Japão (BoJ), espelhada no ajuste bastante gradual da política monetária ultra-acomodatícia em vigor. Referência para a China, que colocou fim a uma série de três anos consecutivos de perdas, após o anúncio de um pacote massivo de estímulos à economia anunciado pelas autoridades locais, o que permitiu alguma recuperação da confiança para enfrentar as dificuldades causadas pela situação do setor imobiliário, tendo assim registado um dos desempenhos mais positivos entre os dos mercados emergentes.

Rendibilidades dos Mercados de Ações

	2023	2024
Global (em euros)	**18.1%**	**25.3%**
Desenvolvidos (em euros)	**19.6%**	**26.6%**
Emergentes (em euros)	**6.1%**	**14.7%**
EUA	26.3%	25.0%
Área Euro	18.8%	9.5%
Itália	34.4%	19.0%
França	19.3%	0.2%
Espanha	27.0%	19.0%
Portugal	16.0%	3.9%
Reino Unido	7.9%	9.7%
Japão	30.4%	20.9%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

No que concerne ao **Mercado Cambial**, o euro terminou o ano a depreciar face ao dólar e à libra esterlina, um comportamento influenciado pela divulgação de indicadores económicos menos favoráveis, e que confirmaram o crescimento anémico da economia na região, bem como pela postura mais flexível por parte do BCE relativamente à sua política monetária, comparativamente à *Fed* e ao Banco Central de Inglaterra. Apesar dessa envolvência, o euro denotou ganhos em relação às restantes moedas globais, nomeadamente contra o iene, o franco suíço e o dólar canadiano. Já a moeda norte-americana demonstrou um perfil de apreciação, com o índice do dólar, um cabaz que compara a referida moeda contra as de cinco países desenvolvidos, a finalizar o ano com uma apreciação superior a 7%, alcançando o patamar mais elevado em duas décadas. Esta dinâmica resultou da subida mais acentuada das yields norte-americanas, que espelharam um desanuviamento das preocupações com o mercado de trabalho e, por conseguinte, dos receios de um abrandamento da atividade económica mais significativo. Além do mais, a vitória de Donald Trump na eleição presidencial impulsionou os ganhos da moeda dos EUA, uma vez que este advogou, durante a campanha eleitoral, medidas como a redução de impostos que deverão contribuir para aumentar o crescimento económico, embora também a inflação. Neste contexto, a continuação do ímpeto económico por mais tempo poderá dificultar a desinflação no país e, desse modo, condicionar a margem de manobra da *Fed* para prosseguir com a diminuição do grau de restritividade da política monetária, principalmente em termos relativos face a outros bancos centrais. De notar que a libra evidenciou um perfil similar ao do dólar norte-americano, registando um perfil de apreciação em relação à maioria das restantes moedas globais. Por último, o iene patenteou intermediamente um aumento expressivo de volatilidade que, aliás, originou a intervenção pontual das autoridades locais neste mercado com o propósito de conter a rápida e significativa desvalorização da divisa nipónica. A moeda japonesa fechou o ano em queda, apesar do Banco do Japão ter decretado duas subidas das taxas diretoras, reduzindo, desse modo, o carácter historicamente ultra-acomodatício da sua política monetária.

Mercado Cambial (variações face ao euro)

	2023	2024
Dólar americano	-3.0%	6.6%
Iéne	-9.8%	-4.4%
Libra	2.1%	4.8%
Franco suiço	6.6%	-1.2%
Dólar canadiano	-0.8%	-1.8%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Por fim, a classe de **Matérias-primas** evidenciou ganhos ao beneficiar do desempenho positivo dos diversos segmentos, excetuando o de agricultura. Os principais impulsionadores da classe foram os metais preciosos, que permaneceram em destaque durante grande parte do ano, em especial o ouro, que atingiu sucessivos máximos históricos, em grande parte devido ao seu estatuto de ativo de refúgio perante a prevalência de tensões geopolíticas no Médio Oriente e na Ucrânia. Esta envolvente, aliás, impulsionou também o preço da prata, que atingiu máximos de 2021, suportado ainda pelo aumento da procura para fins industriais. Na energia, a cotação do petróleo apresentou uma subida ligeira, condicionada não só pelo abrandamento da procura mundial, mas também devido à expectativa de gradual redução dos cortes de produção decretados pela OPEP+ ainda no ano de 2022. No que diz respeito aos metais industriais, o efeito da resiliência da atividade económica global sobrepôs-se ao abrandamento do crescimento económico da China, e em específico aos desafios do setor imobiliário no país, um importante cliente de várias tipologias de metal, possibilitando a apreciação do segmento. Por último, no que refere aos bens agrícolas, a maioria dos constituintes apresentou perdas, com o aumento acentuado da cotação do café a ser uma exceção, em função do clima adverso para a produção no Brasil.

Rendibilidades dos Mercados de Matérias-primas (em dólares)

	2023	2024
Global	**-7.9%**	**5.4%**
Energia	-21.6%	1.2%
Metais industriais	-9.1%	3.5%
Metais preciosos	9.6%	25.3%
Agricultura	-4.4%	-3.9%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Perspetivas para 2025

O ano de 2025 poderá ser marcado por mudanças capazes de transformar a dinâmica económica e financeira em diversas regiões do mundo. Embora o início do ano deva ser relativamente estável, sustentado por políticas monetárias menos restritivas, a segunda metade de 2025 apresenta incertezas significativas, com possíveis implicações para o crescimento, a inflação e os mercados financeiros. De entre estes fatores, destacam-se as mudanças no comércio internacional, os desafios fiscais em economias avançadas, como as da Área Euro, o contributo dos avanços tecnológicos recentes para a produtividade e as tensões geopolíticas. No Médio Oriente, a escalada dos conflitos pode causar o aumento dos preços do petróleo e do gás natural, afetando economias importadoras e exacerbando as pressões inflacionistas globais. Além disso, a competição tecnológica entre Estados Unidos e China, particularmente nos setores de inteligência artificial, de semicondutores e de energia limpa, aumenta o risco de fragmentação da economia mundial.

O crescimento económico nos EUA será influenciado por uma combinação de estímulos fiscais, políticas comerciais protecionistas e ajustes monetários. A agenda económica de Donald Trump, marcada pelos cortes de impostos e pela desregulamentação, deverá impulsionar o investimento privado e o consumo. A resiliência do consumidor norte-americano, sustentada por um mercado de trabalho ainda robusto e por ganhos reais ao nível do rendimento das famílias, deverá suportar o crescimento. No entanto, o risco de imposição de novas tarifas sobre importações, especialmente sobre a China e a Europa, têm potencial para causar o aumento dos custos para as famílias e as empresas, limitando, assim, o seu poder de compra. Adicionalmente, os possíveis constrangimentos à imigração podem gerar escassez de mão de obra, causando algumas pressões salariais e restringindo o crescimento a longo prazo. Neste contexto, a atividade norte-americana deverá abrandar, face aos valores que se espera vir a registar em 2024, permanecendo, contudo, num valor relativamente elevado.

Na Área Euro, o crescimento continuará a ser modesto, embora possa vir a evidenciar uma tendência de melhoria. Para tal contribuirá uma política monetária mais acomodatícia, na medida em que o BCE deverá continuar a reduzir as taxas de juro. Esse alívio monetário, aliado a ganhos do rendimento real das famílias, deve suportar o consumo doméstico. Contudo, as exportações, tradicionalmente um pilar do crescimento da região, poderão enfrentar desafios significativos devido aos efeitos das tarifas que os EUA venham a impor e à desaceleração do comércio internacional. Países mais dependentes do comércio, como a Alemanha, podem ver o seu desempenho condicionado, enquanto nações com a situação das finanças públicas mais frágil, como Itália ou França, poderão enfrentar dificuldades adicionais. Em paralelo, o investimento privado deverá permanecer pressionado por incertezas ao nível de políticas internas, como as eleições na Alemanha e as possíveis reformas fiscais em economias de maior dimensão. Apesar de alguns sinais de resiliência nos serviços, a fraqueza estrutural do setor industrial e os impactos das tensões comerciais sugerem que a Área Euro continuará vulnerável a choques externos e a um crescimento abaixo do potencial. As tensões geopolíticas deverão manter-se como uma fonte de incerteza. O conflito na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente deverão ter implicações significativas, não só para os mercados de energia, mas também ao nível da confiança dos empresários e das famílias europeias.

O Japão continuará a beneficiar das reformas estruturais em curso, com ênfase na digitalização, na inovação tecnológica e dos mercados financeiros. O Banco do Japão (BoJ) deverá manter as taxas de juro baixas, o que propicia um ambiente favorável ao investimento. No entanto, a vulnerabilidade a choques externos, principalmente devido à dependência das exportações e ao envelhecimento da força de trabalho, limita a capacidade de crescimento, em comparação com outras grandes economias. Contudo, atendendo ao seu estatuto de parceiro estratégico dos EUA na Ásia, poderá vir a ser uma alternativa nas cadeias de produção globais, num momento de maiores tensões comerciais e diplomáticas sino-americanas.

A China deverá evidenciar novamente uma tendência de abrandamento. O país enfrenta desafios significativos, nomeadamente o impacto das tarifas comerciais, um setor imobiliário em crise, e uma desaceleração nas suas principais indústrias. O governo chinês permanece apostado em estímulos fiscais e monetários, com o objetivo de sustentar o consumo interno e promover a transição para uma economia de consumo, por contraposição à elevada dependência das exportações e da indústria. No entanto, os desafios são profundos, nomeadamente, a excessiva dependência do investimento estatal, que condiciona a eficiência económica, enquanto as tensões comerciais e tecnológicas com os EUA limitam o acesso do país a mercados e tecnologias estratégicas. Além disso, a crescente dívida empresarial e a fragilidade do setor imobiliário representam riscos adicionais para a estabilidade financeira do país.

No que respeita aos bancos centrais, após vários anos de políticas monetárias extremamente expansionistas, marcadas por taxas de juros historicamente baixas e estímulos massivos, que foram seguidas por políticas de cariz considerado bastante restritivo, os Bancos Centrais estão atualmente a encetar um processo de normalização. Em 2025, espera-se que a Reserva Federal dos EUA e o BCE continuem a reduzir as taxas diretoras, para balancear o crescimento económico com o controlo da inflação.

Nos Estados Unidos, a vitória do Partido Republicano já influenciou as expectativas do mercado em relação às políticas da *Fed*. A retórica de Donald Trump quanto ao comércio e à imigração, bem como os seus planos de estímulo fiscal, podem fazer regressar as pressões inflacionistas, levando esta autoridade a

adotar uma abordagem mais cautelosa no processo de normalização da política monetária. Na Europa, o BCE enfrenta desafios distintos. A inflação na Área Euro deverá convergir para próximo do objetivo de política monetária, refletindo tanto os impactos deflacionários das tarifas norte-americanas, como o alívio advindo de menores pressões ao nível dos custos energéticos. Neste contexto, o BCE deverá prosseguir a redução das taxas, podendo, inclusivamente, acelerar o ritmo de descida.

No que se refere aos principais mercados financeiros, apesar dos desafios, o panorama descrito de abrandamento suave do crescimento da atividade, a par da gradual diminuição da inflação, bem como do carácter restritivo da política monetária, tende a favorecer o sentimento dos investidores. No entanto, fatores como as políticas comerciais do novo presidente dos EUA e a incerteza sobre a evolução da inflação, entre outros, poderão espoletar uma menor apetência dos intervenientes no mercado por ativos de maior risco.

Ao nível dos mercados acionistas, é expectável que mantenham uma tendência de valorização, embora possa ser mais modesta que nos últimos dois anos. No mercado norte-americano, as políticas económicas expansionistas de Donald Trump, a solidez das margens corporativas e o crescimento robusto podem suportar a sua evolução. Adicionalmente, poderá continuar a ser impulsionado pela maior exposição a empresas relacionadas com a inovação tecnológica, especialmente as que lideram a revolução da inteligência artificial. Contudo, transaciona com métricas de valorização relativamente elevadas, face às de outras geografias, sendo hoje um dos posicionamentos mais consensuais entre investidores, o que poderá condicionar o seu desempenho. A Europa enfrenta desafios significativos, com um crescimento económico mais fraco e incertezas sobre o cenário político. No entanto, as políticas monetárias do BCE e as valorizações atrativas poderão sustentar o mercado acionista, apesar dos riscos advindos das possíveis tensões comerciais com os EUA. O mercado japonês, por sua vez, beneficia das reformas estruturais e de uma posição bastante favorável na inovação tecnológica, nomeadamente na robótica e na automação, o que, somando à postura ainda relativamente acomodatícia do BoJ, torna as ações nipónicas atrativas. Nos mercados emergentes, os desafios geopolíticos, as incertezas sobre o comércio internacional e sobre o dinamismo da economia chinesa, reduzem o seu potencial face aos riscos.

No que respeita à classe de obrigações, espera-se que o contexto de normalização das políticas monetárias seja gerador de suporte. Nos EUA, a evolução das obrigações do Tesouro poderá ser limitada pelo défice fiscal elevado e pelos efeitos no crescimento e na inflação das medidas defendidas por Donald Trump, na medida em que possam, eventualmente, causar uma menor flexibilidade da *Fed* para normalizar a política monetária. Em comparação, as obrigações de governos da Área do Euro devem continuar a beneficiar da fragilidade e dos desafios enfrentados pela economia europeia, o que facilita a predisposição do BCE em prosseguir a redução das taxas diretoras.

O mercado cambial, em 2025, será influenciado pelas políticas fiscais e comerciais a implementar pela nova administração norte-americana, que deverão traduzir-se na manutenção, no curto-prazo, de um dólar forte. Em contraposição, o euro, por sua vez, enfrenta desafios significativos devido ao baixo crescimento económico europeu, à política tendencialmente mais acomodatícia do BCE face à da *Fed* e à incerteza sobre o enquadramento político em alguns dos países da Área Euro.

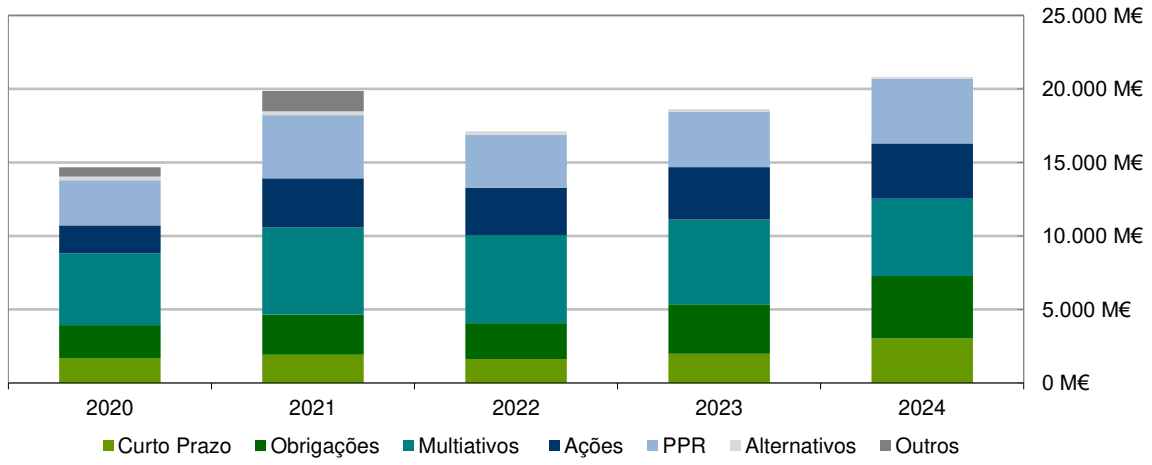
Mercado de Fundos de Investimento Mobiliário

Em 2024, os fundos de investimento mobiliários geridos por Sociedades Gestoras nacionais encerraram o ano com um valor total de ativos sob gestão de 20.816,4 milhões de euros (M€), o que representa um crescimento de 11,7% em relação ao ano anterior. O número de fundos em atividade aumentou, no decurso do ano, de 184 para 187 fundos.

No final do ano, as quatro maiores Sociedades Gestoras nacionais de fundos de investimento mobiliário concentravam 87,1% do mercado. A Caixa Gestão de Ativos manteve a posição de liderança, com uma distância para o 2º *player* superior a 10 pontos percentuais, terminando o ano de 2024 com uma quota de mercado de 32,99%.

Por tipologia de fundos, no ano de 2024, com exceção dos fundos Multiativos e dos Alternativos, todos os segmentos apresentaram crescimento dos montantes sob gestão, com maior expressão para os fundos de curto prazo e de obrigações (26,5%).

A tendência de lançamento de Fundos de Obrigações de maturidade definida iniciada em 2022 manteve-se no ano de 2024, com especial enfoque no primeiro semestre. A CXA conquistou, também neste subsegmento, a liderança com um acréscimo na oferta de 4 novos fundos. No final do ano, a CXA já contava com 9 fundos desta tipologia num montante de 984,5 milhões de euros.



Fonte: APFIPP: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

Valores provisórios a dezembro 2024

Atividade do Fundo

Caracterização

O CAIXA WEALTH DEFENSIVO PPR/OICVM - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma (adiante designado por OIC) iniciou a sua atividade em 26 de dezembro de 2018 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos.

O objetivo principal do OIC é proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira diversificada por mercados, geografias e moedas, em que a alocação e a seleção de ativos é realizada de forma ativa e discricionária, adequada ao enquadramento económico-financeiro global em cada momento.

O OIC investirá a sua carteira em ativos líquidos, nomeadamente, ações e obrigações, bem como em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário transacionados nos mercados definidos ao longo deste ponto. Poderá ainda investir em matérias-primas, produtos estruturados e certificados.

O OIC poderá também investir em unidades de participação de OICVM abertos, desde que os documentos constitutivos limitem o investimento a 10% em unidades de participação de outros fundos de investimento.

O investimento em ações, direta ou indiretamente não excederá 30% do valor líquido global do OIC.

Estratégia de investimento

O contexto económico que caraterizou a nível global, 2024, ficou marcado genericamente pela redução das pressões inflacionistas, em paralelo com um nível de atividade económica e por inerência dos mercados de trabalho globais mais resilientes que o esperado, ambiente que enquadrou a redução gradual das taxas de juro diretoras nos principais blocos económicos.

Neste contexto, o Fundo registou um desempenho positivo em 2024, beneficiando essencialmente dos ganhos associadas à consistente exposição às classes acionistas e de obrigações, representando em média cerca de 21% e 72% respetivamente.

Não obstante as preocupações associadas aos receios de abrandamento da atividade económica e ao processo desinflacionista, os mercados acionistas evidenciaram valorizações significativas durante 2024.

De acordo com a visão estratégica seguida, foi mantido ao longo do ano um posicionamento de sobre-exposição à classe acionista, e em particular aos mercados acionistas da Área Euro e em menor magnitude ao mercado norte-americano, sendo esta última posição neutralizada em julho, após o mercado ter atingido métricas de valorização relativamente elevadas. Em novembro, procurando beneficiar da dinâmica positiva da economia japonesa, da fraqueza do iene face às demais divisas e da atratividade da valorização relativa face a outros mercados, foi reforçado o investimento no mercado acionista japonês, incrementando-se desta forma a sobre-exposição global à classe acionista.

Os ganhos associados à valorização do mercado acionista foram reforçados com o posicionamento de sobre-exposição, bem como os contributos de seleção dos fundos realizada na classe acionista.

A estratégia de alocação de ativos seguida em 2024 para a classe de obrigações privilegiou, consistentemente, a maior exposição a dívida pública, nomeadamente dos Estados Unidos e dos países da Área Euro. Este posicionamento foi gerido de forma dinâmica, incrementando ou reduzindo a exposição à classe de ativos em função do comportamento das taxas de juro e das perspetivas macroeconómicas. Em outubro, considerando as expetativas de maior agressividade do Banco Central Europeu face à Reserva Federal Norte-americana, o Fundo incrementou a exposição a obrigações de dívida pública de países europeus, por contrapartida da redução do nível de sobre-exposição a dívida do governo dos Estados Unidos.

No segmento de obrigações de dívida privada, não obstante o nível absoluto elevado das taxas de juro aliado ao estreitamento dos spreads de crédito, ter enquadrado um contributo positivo da classe para o desempenho do Fundo, atendendo a que as obrigações de melhor qualidade creditícia ofereciam menor potencial de valorização relativamente a outras classes de ativos, o Fundo esteve consistentemente

subexposto à classe, nomeadamente a dívida privada de *rating investment grade* da Área Euro e dos Estados Unidos.

Importa ainda destacar que entre outubro e novembro, perspetivando-se por um lado a maior atividade relativa de política monetária na Área Euro face aos Estados Unidos e, por outro, o nível de expetativas inflacionistas nos dois blocos geográficos, foi reforçado o investimento a dólares norte-americanos assumindo um nível de sobre-exposição à moeda por contrapartida de euros.

Em paralelo, a seleção de ativos que constituem o Fundo manteve o seu foco na temática de Investimento Socialmente Responsável, com preferência por empresas com elevados padrões de atuação em áreas como o Ambiente, o Impacto Social e o Governo Societário de acordo com os princípios de investimento sustentável definidos na sua política de investimento. Esta abordagem complementou a incorporação de fatores de análise financeira tradicionais.

A manter-se o atual cenário económico e financeiro, não se perspetivam alterações no perfil da carteira, que se deverá revelar adequado à prossecução dos objetivos do Fundo.

Avaliação do desempenho

Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo registava um Resultado líquido de 6.537.539 euros e um Valor líquido global de 155.669.414,61 euros. Nesta data o Fundo era detido por 162 participantes.

Demonstração do património em 31 de dezembro de 2024

Valores em euros

Valores Mobiliários	151.875.431
Saldos Bancários	2.763.922
Outros Ativos	1.124.501
Total dos Ativos	155.763.854
Passivo	94.439
Valor Líquido de Inventário	**155.669.415**

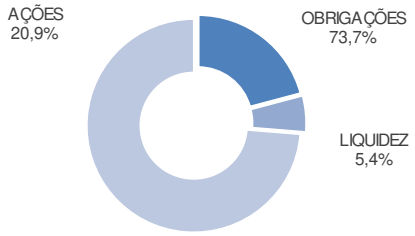
Caracterização dos Valores Mobiliários

Valores em euros

Cotados em Bolsa portuguesa	954.260
Cotados em Bolsas europeias	53.821.564
Cotados em Bolsas não europeias	4.069.888
Negociados noutro mercado regulamentado	19.707.064
Papel Comercial	0
Unidades de participação	73.322.655
Não cotados	0
Total de Valores Mobiliários	**151.875.431**

Composição da carteira

Tipo de Ativo



País	Alocação Geográfica (%)
França	26,3%
Estados Unidos	21,0%
Alemanha	11,9%
Itália	8,7%
Espanha	8,0%
Portugal	3,7%
Japão	3,0%
Holanda	2,2%
Reino Unido	2,0%
Bélgica	2,0%
China	2,0%
Áustria	1,6%
Finlândia	1,0%
México	1,0%
Outros	3,7%

Rendibilidades e Risco

Ano	Rendibilidade			
	Cat. A	Cat. B	Cat. C	Cat. D
2019	6,04%	6,26%	6,43%	4,28%
2020	3,84%	4,06%	4,22%	4,38%
2021	2,72%	2,93%	3,09%	3,25%
2022	-11,35%	-11,17%	-11,03%	-10,89%
2023	6,88%	7,09%	7,26%	7,43%
2024	4,42%	4,53%	4,75%	4,94%

Ano	Classe de Risco (a)			
	Cat. A	Cat. B	Cat. C	Cat. D
2019	3	3	3	3
2020	3	3	3	3
2021	3	3	3	3
2022	3	3	3	3
2023	3	3	3	3
2024	3	3	3	3

(a) Classe de risco apurada de acordo com o Artº.58 do Reg.7/2023. As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Dados Históricos

valores em euros

Ano	Valor Líquido			
	Cat. A	Cat. B	Cat. C	Cat. D
2019	68.233.525,95	13.702.067,54	19.341.429,18	65.573.510,20
2020	63.851.903,28	12.479.404,02	18.345.252,92	68.433.984,76
2021	53.828.426,96	11.614.213,50	16.751.580,04	70.660.508,31

2022	42.498.359,74	9.358.380,54	14.190.960,60	53.127.740,44
2023	29.022.552,37	17.974.595,39	9.273.709,08	72.901.822,35
2024	30.212.069,96	28.533.651,69	20.422.678,98	76.501.013,98

Ano	**Número de UPs**			
	Cat. A	**Cat. B**	**Cat. C**	**Cat. D**
2019	12.870.508,19	2.579.110,20	3.634.880,73	12.576.563,40
2020	11.597.174,90	2.257.109,19	3.307.658,17	12.572.492,43
2021	9.517.949,83	2.040.792,21	2.929.713,51	12.572.492,43
2022	8.477.236,00	1.851.212,73	2.789.656,37	10.608.588,97
2023	5.416.485,96	3.320.400,72	1.699.669,58	13.550.604,96
2024	5.399.518,79	5.042.420,47	3.573.483,12	13.550.604,96

Ano	**Valor UP**			
	Cat. A	**Cat. B**	**Cat. C**	**Cat. D**
2019	5,3015	5,3127	5,3211	5,2139
2020	5,5058	5,5289	5,5463	5,4432
2021	5,6555	5,6910	5,7178	5,6202
2022	5,0132	5,0553	5,0870	5,0080
2023	5,3582	5,4134	5,4562	5,3800
2024	5,5953	5,6587	5,7151	5,6456

Valores em euros

Custos e Proveitos	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Proveitos e Ganhos	21.776.508	22.985.430	21.513.169	19.616.464
Custos e Perdas	17.037.306	39.337.434	12.873.546	13.078.924
Resultado Líquido	4.739.202	-16.352.003	8.639.623	6.537.540

Comissões e Taxas	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
- Comissão de Gestão	831.367	695.620	637.191	714.163
- Comissão de Gestão Variável	*n.a.*	*n.a.*	*n.a.*	*n.a.*
- Outras Comissões e Taxas	6.794	9.316	7.639	6.995
- Comissão de Depósito	158.352	136.563	123.297	142.715
- Comissões e Taxas indiretas	260.468	271.828	224.204	263.865
- Taxa de Supervisão	22.709	19.444	17.798	20.639
- Custos de Auditoria	2.214	2.214	2.632	2.632
- Comissões de Subscrição	*n.a.*	*n.a.*	*n.a.*	*n.a.*
- Comissões de Resgate	0	0	0	0

n.a. – *não aplicável*

Sustentabilidade

A adesão em junho de 2019 aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI), o mais relevante compromisso da comunidade de investidores institucionais a nível global, para o reconhecimento do papel do investimento responsável na prossecução dos princípios universais nas áreas dos direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção, representou um passo relevante na afirmação da estratégia de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, reforçando a importância estratégica que a incorporação de fatores ESG ("*Environmental, Social and Governance*") assume no processo de investimento dos fundos sob gestão.

Em linha com a estratégia definida, em setembro de 2022, a Caixa Gestão de Ativos tornou-se também signatária da *Net Zero Asset Managers Initiative*, iniciativa conjunta de sociedades gestoras de ativos a nível internacional, que assumem o compromisso de contribuir para o objetivo global de um nível de emissões de gases de estufa líquido nulo até 2050. Neste âmbito, a Sociedade Gestora publicou, em dezembro de 2023, os seus compromissos iniciais, para alcançar o supracitado objetivo de redução de emissões, associados às carteiras geridas. Em outubro de 2024, este objetivo foi reforçado, com a adesão à *Climate Action 100+,* iniciativa internacional de investidores que privilegia o envolvimento direto com os emitentes que, à escala global, se destacam negativamente pelo nível de emissão de gases de efeito de estufa associado às suas atividades.

É objetivo da Caixa Gestão de Ativos, constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), complementando o seu processo de análise fundamental com considerações de ordem ambiental, social e de governo societário (ESG).

A incorporação desta temática na estratégia de investimentos da Sociedade Gestora está enquadrada na Política de Investimento Socialmente Responsável, na Política de Envolvimento, na Política de Exercício dos Direitos de Voto e na Declaração de Diligência Devida, disponíveis para consulta no sítio da internet da Caixa Gestão de Ativos (www.caixagestaodeativos.pt). É entendimento da Caixa Gestão de Ativos que a concretização do definido nos citados Documentos, permite cumprir o desígnio estratégico de constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, centrando a sua atuação nas dimensões principais de integração e de envolvimento.

Deste modo, embora o objetivo principal do Fundo não seja apenas a promoção de características ambientais e sociais, estas fazem parte da sua política de investimento, permitindo a classificação do Fundo como Artigo 8º ao abrigo do disposto no Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, conhecido por Regulamento da Taxonomia, que complementa as obrigações de divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos nos Regulamentos Delegados (UE) 2021/2139 e 2023/2486.

A taxonomia da UE (a que se refere o Regulamento da Taxonomia) estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados pela taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de Critérios específicos da UE. O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os Critérios da UE, aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

De acordo com o expresso na legislação para os produtos financeiros, referidos no Artigo 8º, nos 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852, consta de anexo específico a este Relatório o reporte do Fundo relativo a temática da sustentabilidade, incluindo análise relativa aos compromissos assumidos pela gestão, nos domínios da sustentabilidade e os Principais Impactos Negativos associados às decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade.

Lisboa, 10 de fevereiro de 2025

Assinado por: **José Pedro Gomes Rodrigues**
Num. de Identificação: 08684675
Data: 2025.02.11 17:46:25+00'00'

Assinado por: **Ana Cristina do Vale Brízido**
Num. de Identificação: 10758603
Data: 2025.02.11 18:06:54+00'00'

CHAVE MÓVEL

Assinado por: **Paulo Jorge dos Santos Ribeiro**
Num. de Identificação: 11028629
Data: 2025.02.11 18:34:20+00'00'

CHAVE MÓVEL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(*Montantes expressos em Euros)*

ATIVO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2024				31-12-2023
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
	CARTEIRA DE TÍTULOS						
21	Obrigações	3	76.036.479	1.908.643	489.695	77.455.427	63.536.331
22	Ações	3	1.105.608	7.444	15.701	1.097.351	-
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	-
24	Unidades de Participação	3	68.606.247	5.249.279	532.871	73.322.655	60.659.448
25	Direitos		-	-	-	-	-
26	Outros Instrumentos de Dívida		-	-	-	-	-
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		145.748.334	7.165.366	1.038.267	151.875.433	124.195.779
	OUTROS ATIVOS						
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS		-	-	-	-	-
	TERCEIROS						
411+...+418	Contas de Devedores	17	265.103	-	-	265.103	561.109
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		265.103	-	-	265.103	561.109
	DISPONIBILIDADES						
11	Caixa		-	-	-	-	-
12	Depósitos à Ordem	3	2.763.922	-	-	2.763.922	4.081.110
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		2.763.922	-	-	2.763.922	4.081.110
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
51	Acréscimos de Proveitos	17	859.396	-	-	859.396	415.007
52	Despesas com Custo Diferido		-	-	-	-	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		-	-	-	-	-
59	Contas Transitórias Ativas		-	-	-	-	-
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ATIVOS		859.396	-	-	859.396	415.007
	TOTAL DO ATIVO		**149.636.755**	**7.165.366**	**1.038.267**	**155.763.854**	**129.253.005**
	Total do Nº de Unidades de Participação	1				**27.566.027**	**23.987.161**
	Abreviaturas: MV - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões.				Categoria A	5.399.519	5.416.486
					Categoria B	5.042.420	3.320.401
					Categoria C	3.573.483	1.699.670
					Categoria D	13.550.605	13.550.605

CAPITAL E PASSIVO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
	CAPITAL DO OIC			
61	Unidades de Participação	1	137.830.137	119.935.806
62	Variações Patrimoniais	1	2.387.392	322.527
64	Resultados Transitados	1	8.914.346	274.723
65	Resultados Distribuidos		-	-
67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
66	Resultados Líquidos do Exercício	1	6.537.540	8.639.623
	TOTAL DO CAPITAL DO OIC		155.669.415	129.172.679
48	**PROVISÕES ACUMULADAS**			
481	Provisões para Encargos		-	-
	TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS		-	-
	TERCEIROS			
421	Resgates/Reembolsos a Pagar a Participantes		-	-
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-
423	Comissões a Pagar	17	89.095	71.461
424+...+429	Outras Contas de Credores	17	4.704	3.945
43+12	Empréstimos Obtidos		-	-
44	Pessoal		-	-
46	Acionistas		-	-
	TOTAL DOS VALORES A PAGAR		93.799	75.406
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
55	Acréscimos de Custos		-	-
56	Receitas com Proveito Diferido		-	-
58	Outros Acrécimos e Diferimentos	17	640	4.920
59	Contas Transitórias Passivas		-	-
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS		640	4.920
	TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO		**155.763.854**	**129.253.005**
	Valor Unitário da Unidade de Participação	1		
		Categoria A	5,5953	5,3582
		Categoria B	5,6587	5,4134
		Categoria C	5,7151	5,4562
		Categoria D	5,6456	5,3800

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(*Montantes expressos em Euros)*

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
	OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-
	OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO			
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-
925	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-
	OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES			
934	Opções		-	-
935	Futuros	13	780.960	1.287.495
	TOTAL		780.960	1.287.495
	COMPROMISSOS DE TERCEIROS			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-
	TOTAL		-	-
	TOTAL DOS DIREITOS		**780.960**	**1.287.495**
99	**Contas de Contrapartida**		**-**	**-**

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
	OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-
	OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO			
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-
925	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-
	OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES			
934	Opções		-	-
935	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-
	COMPROMISSOS COM TERCEIROS			
941	Subscrição de títulos		-	-
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		-	-
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		**-**	**-**
99	**Contas de Contrapartida**		**780.960**	**1.287.495**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					**PROVEITOS E GANHOS CORRENTES**			
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS			
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	261.043	94.023	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	1.505.100	876.564
711+714+717+718	De Operações Correntes	5	-	1	811+814+817+818	De Operações Correntes	5	52.871	36.664
719	De Operações Extrapatrimoniais		-	-	819	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
	COMISSÕES E TAXAS								
722+ 723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	6.971	3.196		RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS			
724+...+728	Outras, em Operações Correntes	5	884.511	785.924	822+...+824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	732.944	521.595
729	De Operações Extrapatrimoniais	5	173	248	829	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS								
732 + 733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	11.094.730	10.723.561		GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	832 + 833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	16.080.099	18.569.579
739	Em Operações Extrapatrimoniais	5	800.680	1.186.308	831+838	Outras Operações Correntes		-	-
	IMPOSTOS				839	Em Operações Extrapatrimoniais	5	1.242.215	1.500.839
7411 + 7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	9	8.176	9.182					
7412 + 7422	Impostos Indiretos	9	15.132	65.835		REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES			
7418 + 7428	Outros Impostos		-	-	851	Para Riscos e Encargos		-	-
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO								
751	Provisões para Encargos		-	-	87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	5	1	-
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	5	7.508	5.268					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		13.078.924	12.873.546		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		19.613.230	21.505.241
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					**PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS**			
781	Valores Incobráveis		-	-	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	882	Ganhos Extraordinários		-	-
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		3.234	7.928
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		3.234	7.928
66	**RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se»0)**		**6.537.540**	**8.639.623**	66	**RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se«0)**		**-**	**-**
	TOTAL		**19.616.464**	**21.513.169**		TOTAL		**19.616.464**	**21.513.169**
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		6.955.399	9.146.958	F-E	Resultados Eventuais		3.234	7.928
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		441.362	314.283	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Impostos		6.545.716	8.648.805
B-A	Resultados Correntes		6.534.306	8.631.695	B+D-A-C	Resultado Líquido do Período		6.537.540	8.639.623

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	31-12-2024		31-12-2023	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC					
RECEBIMENTOS:					
Subscrição de unidades de participação		35.767.897		8.701.024	
PAGAMENTOS:					
Resgates/Reembolsos de unidades de participação		15.808.701		7.343.409	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC			19.959.196		1.357.615
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS					
RECEBIMENTOS:					
Venda de títulos e outros ativos da carteira		49.275.992		46.099.839	
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		1.400.000		1.200.000	
Resgates/Reembolsos de unidades de participação noutros OIC		17.642.579		17.079.677	
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		726.976		511.782	
Juros e proveitos similares recebidos		1.059.514		705.123	
Outros recebimentos relacionados com a carteira		2		-	
PAGAMENTOS:					
Compra de títulos e outros ativos		66.895.089		50.767.297	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		23.748.897		17.251.110	
Juros e custos similares pagos		261.043		94.023	
Comissões de corretagem		6.997		3.193	
Outras taxas e comissões		6.291		6.535	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos			-20.813.254		-2.525.737
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS					
RECEBIMENTOS:					
Operações cambiais		11.509.185		1.274.944	
Margem inicial em contratos de futuros e opções		461.499		725.999	
PAGAMENTOS:					
Operações cambiais		11.598.025		1.255.906	
Fluxo das operações a prazo e de divisas			372.659		745.037
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE					
RECEBIMENTOS:					
Juros de depósitos bancários		40.344		-	
PAGAMENTOS:					
Comissão de gestão		700.480		636.986	
Comissão de depósito		140.296		122.701	
Imposto e taxas		29.663		95.597	
Auditoria		2.632		2.546	
Research		2.635		3.476	
Outros pagamentos correntes		1.366		-	
Fluxo das operações de gestão corrente			-836.728		-861.306
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)			**-1.318.127**		**-1.284.391**
Efeito das Diferenças de Câmbio			**939**		**-41**
Disponibilidades no início do período (B)	3		**4.081.110**		**5.365.542**
Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)	3		**2.763.922**		**4.081.110**

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Caixa Wealth Defensivo PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma, anteriormente denominado de Caixa Wealth Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por "OIC"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 5 de dezembro de 2018, tendo iniciado a sua atividade em 26 de dezembro de 2018.

O OIC é um OIC de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma com duração indeterminada.

O OIC iniciou a sua atividade enquanto Organismo de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM), tendo a conversão em plano poupança-reforma (PPR/OICVM), ao abrigo do Decreto-Lei nº158/2002, ocorrido na sequência do decurso de prazo de não oposição pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com efeitos a partir de 9 de novembro de 2023.

O OIC investe a sua carteira em ativos líquidos, nomeadamente, ações e obrigações, bem como em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário transacionados conforme definido no ponto 1 do Capítulo II do Documento Único do OIC. Pode ainda investir em matérias-primas, produtos estruturados e certificados.

Pode também investir em unidades de participação de OICVM abertos, desde que os documentos constitutivos limitem o investimento a 10% em unidades de participação de outros fundos de investimento.

O OIC pode deter ativos de curto prazo, nomeadamente bilhetes do tesouro, certificados de depósito, depósitos bancários, papel comercial e aplicações nos mercados interbancários na medida adequada para fazer face ao movimento normal de subscrições e reembolsos de unidades de participação e para uma gestão eficiente do OIC.

O investimento em ações, direta ou indiretamente não excederá 30% do valor líquido global do OIC.

No caso em que se invista em outros fundos, estes terão de ter um nível máximo de comissão de gestão de 3%.

Com o objetivo de obter uma exposição adicional aos diferentes mercados em que investe, o OIC pode transacionar contratos de futuros e opções sobre índices ou sobre valores mobiliários individuais. O OIC pode realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (*swaps*), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (FRA's e *forwards*) e poderá utilizar "*credit default swaps*".

O OIC será constituído exclusivamente por valores mobiliários e pelos ativos financeiros líquidos referidos no Capítulo II do Título IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), aprovado pelo DL n.º 27/2023, de 28 de abril, que cumpram os limites aí previstos.

A gestão do OIC incorpora, de acordo com o previsto na Declaração sobre as Políticas de Diligência Devida da Sociedade Gestora, um processo de identificação dos principais impactos negativos em termos de sustentabilidade, decorrentes das decisões de investimento. Este processo, assente em análises por indústria, setor ou emitente, tem por base informação não financeira disponibilizada pelas entidades em que o OIC investe, análises efetuadas pela própria Sociedade Gestora e informação disponibilizada por entidades especializadas em análises ESG.

O OIC é administrado, gerido e representado pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril, o qual revogou a Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Unidades de participação

O OIC emite unidades de participação de acordo com quatro categorias diferentes cuja distinção é definida em função das respetivas comissões de gestão.

O montante de saldo de subscrições líquidas entre os 125.000 euros e 500.000 euros é alocado na Categoria A.

O montante de saldo de subscrições líquidas entre os 500.001 euros e os 1.000.000 euros é alocado na Categoria B.

O montante de saldo de subscrições líquidas entre os 1.000.001 euros e os 4.999.999 euros é alocado na Categoria C.

O montante de saldo de subscrições líquidas superior ou igual a 5.000.000 euros é alocado na Categoria D.

A existência de quatro Categorias de unidades de participação não contempla a divisão compartimental do património do OIC.

O valor da unidade de participação de cada Categoria é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação da respetiva Categoria. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do OIC, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

A liquidação do reembolso das unidades de participação será efetuada mediante um pré-aviso mínimo de três dias úteis, a contar da data do respetivo pedido.

Para este efeito, considera-se como data do pedido a data em que a Sociedade conclua a validação da completude e correção da documentação entregue. O processo de validação da documentação pela Sociedade Gestora não deverá exceder cinco dias úteis após a sua entrega pelo participante. A validação a efetuar pela Sociedade Gestora da documentação entregue apenas se aplicará para os pedidos de reembolso que efetuados nos casos previstos na lei, sendo que para os restantes pedidos aplicar-se-á o período de três dias úteis.

c) Títulos

No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Documento Único do OIC, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do OIC, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu património que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de "Comissões".

A comissão de gestão é específica para cada Categoria de unidade de participação, pelo que é afeta ao património representado por essa Categoria.

A título de remuneração de serviços a si prestados, o OIC paga à entidade responsável pela gestão e à entidade comercializadora, uma comissão nominal fixa anual para a Categoria A de 0.80%, para a Categoria B de 0.70%, para a Categoria C de 0.5% e para a Categoria D de 0.32% calculada diariamente sobre o valor líquido global do OIC afeto a cada uma das Categorias respetivamente, antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente.

Existe uma repartição da comissão entre a entidade responsável pela gestão e a entidade comercializadora encontrando-se discriminado no Documento Único do OIC em Comissões e encargos a suportar pelo OIC. Sobre a comissão da entidade gestora recai Imposto do Selo, à taxa legalmente em vigor.

e) Comissão de depósito

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao OIC.

O OIC paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor líquido global do OIC antes de comissões e taxa de supervisão, sendo liquidada mensal e postecipadamente. Sobre esta comissão da entidade gestora recai Imposto do Selo, à taxa legalmente em vigor.

f) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o OIC suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta no quadro da política de investimentos estabelecida no Documento Único do OIC, designadamente taxas de corretagem e encargos com a aquisição, reembolso ou transferência de unidades de participação de outros OIC, custos de auditoria (incluindo custos pela emissão de declaração de saldos para entrega aos auditores), custos em matéria de preços de transferência, impostos devidos pelo OIC, juros, custos de financiamento relacionados com endividamento, comissões de manutenção de conta e outros custos e comissões bancárias, e impostos devidos pelo OIC, conforme descrito na secção Regime Fiscal Documento Único do OIC. Este OIC investe em OIC com um nível máximo de comissão de gestão de 3%, constituindo a comissão suportada um custo indireto para os participantes.

Adicionalmente, o OIC incorpora custos de *research*, orçamentados pelo valor máximo de 0,003% para o ano de 2024, enquanto instrumento indispensável à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. O montante dos custos a afetar ao OIC decorre da "Metodologia de imputação de custos com estudos de investimento", constante da Política interna da sociedade gestora, que define que os mesmos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas. Estes custos corresponderão a serviços efetivamente prestados ao OIC, sendo efetuada a sua publicação detalhada no Relatório e Contas anual.

O OIC paga à CMVM, uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o valor líquido global do OIC, correspondente ao último dia útil do mês. De acordo com o disposto na Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, esta taxa será alvo de majoração (taxa de majoração).

O OIC poderá incorrer em outras despesas e encargos, devidamente documentadas e que decorram do cumprimento de obrigações legais, que não as identificadas.

g) Política de distribuição de rendimentos

O OIC não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal

Os rendimentos obtidos por Fundos de Poupança-Reforma que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos em sede de IRC.

Contudo, são tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total, considerando-se como tal os Fundos de Poupança-Reforma, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do OIC, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

O OIC encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

Até 8 de novembro de 2023 (inclusive) o Regime fiscal aplicado ao OIC foi o seguinte:

Imposto sobre o Rendimento

Em 13 de janeiro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei nº 7/2015 que veio aprovar o novo regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (OIC), através do qual a tributação passa a ser efetuada essencialmente na esfera dos participantes (sistema de tributação "à saída").

Assim, a partir de 1 de julho de 2015 o OIC é tributado, à taxa geral de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), atualmente fixada em 21%, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício excluídos os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias e dos gastos associados a esses rendimentos, ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

As mais-valias apuradas com os ativos mobiliários adquiridos pelo OIC antes de 1 de julho de 2015 são tributadas na sua esfera nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015, considerando-se, para este efeito, como valor de realização, o valor de mercado a 30 de junho de 2015.

O OIC encontra-se sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, nos termos do disposto nos nº 1 e nº 2 do artigo 52º do Código do IRC.

O OIC encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

Imposto do Selo

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O património do OIC está formalizado através de unidades de participação, com quatro categorias diferentes, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do OIC, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do OIC durante o exercício de 2024 foi o seguinte:

	31-12-2023	Subscrições	Reembolsos	Outros	Res. líq. do exerc.	31-12-2024
Valor base						
Categoria A	27.082.429	9.558.237	-9.643.073	-	-	26.997.593
Categoria B	16.602.003	12.769.852	-4.159.753	-	-	25.212.102
Categoria C	8.498.348	9.927.390	-558.322	-	-	17.867.416
Categoria D	67.753.026	-	-	-	-	67.753.026
Diferença p/ Valor Base						
Categoria A	-863.931	976.300	-918.897	-	-	-806.529
Categoria B	282.328	1.323.107	-476.910	-	-	1.128.525
Categoria C	-122.035	1.213.011	-51.746	-	-	1.039.230
Categoria D	1.026.166	-	-	-	-	1.026.166
Resultados transitados	274.723	-	-	8.639.623	-	8.914.346
Resultado líquido do exercício	8.639.623	-	-	-8.639.623	6.537.540	6.537.540
	129.172.679	35.767.897	-15.808.701	-	6.537.540	155.669.415
Categoria A						
Nº de unidades de participação	5.416.486	1.911.647	-1.928.615			5.399.519
Valor da unidade de participação	5,3582	5,5107	5,4765			5,5953
Categoria B						
Nº de unidades de participação	3.320.401	2.553.970	-831.951			5.042.420
Valor da unidade de participação	5,4134	5,5181	5,5732			5,6587
Categoria C						
Nº de unidades de participação	1.699.670	1.985.478	-111.664			3.573.483
Valor da unidade de participação	5,4562	5,6109	5,4634			5,7151
Categoria D						
Nº de unidades de participação	13.550.605	-	-			13.550.605
Valor da unidade de participação	5,3800	-	-			5,6456

O valor líquido global do OIC, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP				N.º UP's em Circulação			
			A	B	C	D	A	B	C	D
2024	Mar	136.348.753	5,4417	5,4991	5,5454	5,4705	5.148.247	4.251.207	1.952.482	13.550.605
	Jun	140.255.925	5,4577	5,5167	5,5659	5,4932	4.855.725	4.699.850	2.405.893	13.550.605
	Set	148.333.013	5,6077	5,6698	5,7234	5,6512	5.031.877	4.793.254	2.858.798	13.550.605
	Dez	155.669.415	5,5953	5,6587	5,7151	5,6456	5.399.519	5.042.420	3.573.483	13.550.605
2023	Mar	122.880.148	5,1554	5,2013	5,2360	5,1566	8.646.040	1.798.409	2.721.069	10.608.589
	Jun	123.727.705	5,1823	5,2311	5,2680	5,1902	8.668.830	1.798.409	2.721.069	10.608.589
	Set	121.318.242	5,1137	5,1645	5,2029	5,1280	8.559.256	1.740.865	2.721.069	10.608.589
	Dez	129.172.679	5,3582	5,4134	5,4562	5,3800	5.416.486	3.320.401	1.699.670	13.550.605
2022	Mar	144.518.962	5,4408	5,4778	5,5057	5,4138	9.130.573	1.943.468	2.929.714	12.572.492
	Jun	133.201.015	5,1296	5,1671	5,1955	5,1108	8.772.816	1.809.699	2.809.004	12.572.492
	Set	128.056.339	4,9729	5,0120	5,0415	4,9612	8.591.934	1.754.433	2.809.004	12.572.492
	Dez	119.175.441	5,0132	5,0553	5,0870	5,0080	8.477.236	1.851.213	2.789.656	10.608.589

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023 a divisão do número de participantes por escalão era a seguinte:

Escalões	31-12-2024				31-12-2023			
	A	B	C	D	A	B	C	D
UPs < 0,5%	24	-	-	-	12	-	-	-
0,5% ≤ UPs < 2%	83	12	-	-	85	-	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	28	1	-	-	17	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-	9	-	-	7	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-	2	2	-	-	4	2
UPs ≥ 25%	-	-	-	1	-	-	1	1
	107	40	12	3	97	24	5	3

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS, SUBSCRIÇÕES E RESGATES/REEMBOLSOS

Durante os exercícios de 2024 e 2023, o volume de transações efetuadas pelo OIC, por tipo de valor mobiliário, são os que se seguem:

	31-12-2024					
	Compras		Vendas		Total	
	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.
Dívida Pública	38.258.328	-	32.507.917	-	70.766.245	-
Obrigações Diversas	13.083.037	-	4.833.485	-	17.916.522	-
Ações	1.105.668	-	-	-	1.105.668	-
Unidades de Participação	14.809.008	23.586.168	11.982.715	17.509.613	26.791.723	41.095.781
Contratos de Futuros	4.393.791	-	5.031.278	-	9.425.069	-
	71.649.832	23.586.168	54.355.395	17.509.613	126.005.227	41.095.781

	31-12-2023					
	Compras		Vendas		Total	
	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.
Dívida Pública	29.314.791	-	28.257.778	-	57.572.569	-
Obrigações Diversas	14.025.219	-	12.691.748	-	26.716.967	-
Unidades de Participação	7.523.672	17.251.110	5.261.686	17.087.345	12.785.358	34.338.455
Contratos de Futuros	5.184.609	-	7.345.209	-	12.529.818	-
	56.048.291	17.251.110	53.556.421	17.087.345	109.604.712	34.338.455

Subscrições e reembolsos

No reembolso de unidades de participação será cobrada ao participante uma comissão destinada a cobrir os custos de reembolso. Sobre as comissões de reembolso recai Imposto do Selo, à taxa legalmente em vigor.

Esta comissão será deduzida do montante reembolsado, variando em função dos prazos de detenção das unidades de participação, nos termos seguintes:

- 1,0% até 89 dias;
- 0,5% de 90 a 179 dias;
- 0,0% para prazos iguais ou superiores a 180 dias.

Haverá lugar à isenção da comissão de reembolso sempre que o mesmo ocorra em observância das condições definidas na lei.

De acordo com o previsto no ponto 4.3 do Capítulo II do Documento Único do OIC, poder-se-á, sob determinadas condições, aplicar uma taxa de reembolso adicional de até 1,25%, a reverter para o OIC.

Para efeitos de apuramento da comissão de reembolso, é utilizado o método contabilístico FIFO (*First In, First Out*), ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a serem consideradas para efeitos de reembolso.

No caso de reembolsos parciais, o montante mínimo remanescente terá de ser igual ou superior aos 125 000 euros definidos como mínimo para a Categoria A. Caso tal não se verifique, terá de ser efetuado um reembolso total.

Caso seja efetuado um reembolso que provoque uma alteração na alocação da categoria em função dos mínimos e máximos definidos, a Sociedade Gestora ou o Comercializador deverão espoletar a transferência de Categoria de modo a que o Cliente esteja alocado conforme definido no presente Documento Único do OIC.

O proveito proveniente da comissão de resgate/reembolso, reverteu a favor da Entidade Comercializadora do OIC.

Durante os exercícios de 2024 e 2023, o valor das subscrições e dos resgates/reembolsos, bem como o valor das comissões de resgate/reembolso cobradas aos participantes foram os seguintes:

	Valor		Comissão cobrada	
	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2023
Subscrições	35.767.897	131.621.771	-	-
Resgates/Reembolsos	15.808.701	130.264.156	-	-

3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

A 31 de dezembro de 2024, a carteira do OIC decompõe-se conforme se apresenta no Anexo I.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante exercício de 2024 foi o seguinte:

	31-12-2023	Aumentos	Reduções	31-12-2024
Depósitos à ordem	4.081.110	118.267.468	-119.584.656	2.763.922
	4.081.110	118.267.468	-119.584.656	2.763.922

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os depósitos à ordem, por moeda, encontram-se domiciliados na sua totalidade na Caixa Geral de Depósitos:

	31-12-2024		31-12-2023	
	Moeda Original	Valor em euros	Moeda Original	Valor em euros
Caixa Geral de Depósitos				
EUR	2.745.991	2.745.991	4.062.885	4.062.885
USD	4.854	4.688	8.844	7.995
GBP	6.289	7.603	7.211	8.307
CHF	5.299	5.640	1.788	1.923
SEK	1	-	-	-
DKK	1	-	-	-
		2.763.922		4.081.110

4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação de cada Categoria é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação da respetiva Categoria. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do OIC, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate/reembolso será conhecido e divulgado no dia útil seguinte aquele a que o pedido de resgate/reembolso se refere. O pedido de resgate/reembolso é realizado a preço desconhecido, deduzido da comissão de resgate/reembolso referida no ponto 5.1. do Documento Único do OIC.

4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do OIC e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.

b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.

c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.

d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;

a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou

b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o OIC invista.

f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.

g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate respetivamente, de posições longas ou curtas) difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do

Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:

a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;

b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;

ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;

iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c. Tratando-se de contratos *forwards* cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

5. COMPONENTES DOS RESULTADOS DO OIC

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os proveitos decorrentes das posições detidas nos mercados a contado e a prazo têm a seguinte decomposição:

Natureza	31-12-2024						
	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações e Direitos	7.444	-	7.444	-	-	-	-
Obrigações	3.379.207	798.291	4.177.498	647.060	858.040	-	1.505.100
Unidades de participação	9.075.277	2.819.880	11.895.157	-	-	732.944	732.944
Depósitos	-	-	-	51.515	1.356	-	52.871
Cambiais	312.539	-	312.539	-	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cotações							
Futuros	-	929.676	929.676	-	-	-	-
	12.774.467	4.547.847	17.322.314	698.575	859.396	732.944	2.290.915

Natureza	31-12-2023						
	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	5.988.937	92.798	6.081.735	464.109	412.455	-	876.564
Unidades de participação	10.584.686	1.903.158	12.487.844	-	-	521.595	521.595
Depósitos	-	-	-	34.112	2.552	-	36.664
Cambiais	43.209	-	43.209	-	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cotações							
Futuros	-	1.457.630	1.457.630	-	-	-	-
	16.616.832	3.453.586	20.070.418	498.221	415.007	521.595	1.434.823

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os custos decorrentes das posições detidas nos mercados a contado e a prazo, bem como as comissões suportadas pelo OIC têm a seguinte decomposição:

Natureza	31-12-2024					
	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Soma	Jur. vencidos e Comissões	Juros decorridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações e Direitos	15.701	-	15.701	-	-	-
Obrigações	2.447.800	199.053	2.646.853	261.043	-	261.043
Unidades de participação	7.854.501	577.675	8.432.176	-	-	-
Cambiais	4.574	-	4.574	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cotações						
Futuros	-	796.106	796.106	-	-	-
COMISSÕES						
De Gestão	-	-	-	714.162	-	714.162
De Depósito	-	-	-	142.715	-	142.715
Da Carteira de Títulos	-	-	-	6.971	-	6.971
De Supervisão	-	-	-	20.639	-	20.639
De Op. Extrapatrimoniais	-	-	-	173	-	173
Outras Comissões	-	-	-	6.995	-	6.995
	10.322.576	1.572.834	11.895.410	1.152.698	-	1.152.698

Natureza	31-12-2023					
	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Soma	Jur. vencidos e Comissões	Juros decorridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	1.608.558	1.601.245	3.209.803	94.023	-	94.023
Unidades de participação	7.144.213	369.545	7.513.758	-	-	-
Depósitos	-	-	-	1	-	1
Cambiais	137.322	-	137.322	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cotações						
Futuros	-	1.048.986	1.048.986	-	-	-
COMISSÕES						
De Gestão	-	-	-	637.190	-	637.190
De Depósito	-	-	-	123.297	-	123.297
Da Carteira de Títulos	-	-	-	3.196	-	3.196
De Supervisão	-	-	-	17.798	-	17.798
De Op. Extrapatrimoniais	-	-	-	248	-	248
Outras Comissões	-	-	-	7.639	-	7.639
	8.890.093	3.019.776	11.909.869	883.392	-	883.392

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos suportados pelo OIC durante os exercícios de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	31-12-2024	31-12-2023
Impostos Sobre o Rendimento de Capitais		
Pagos em Portugal		
Pagos no estrangeiro		
Dividendos	8.176	9.182
	8.176	9.182
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	13.554	65.835
Pagos no estrangeiro		
Imposto do selo	278	-
Outros	1.300	-
	15.132	65.835
	23.308	75.017

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

A 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o OIC detinha os seguintes valores em moeda estrangeira:

31-12-2024						
Moedas	À vista	A Prazo			Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	*Forward*	Opções		
USD	1.748.494	-	-	-	-	1.748.494
CHF	455.311	-	-	-	-	455.311
DKK	41.199	-	-	-	-	41.199
GBP	934.898	-	-	-	-	934.898
SEK	42.581	-	-	-	-	42.581
Contravalor €	3.313.000	-	-	-	-	3.313.000

31-12-2023						
Moedas	À vista	A Prazo			Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	*Forward*	Opções		
USD	4.697.672	-	-	-	-	4.697.672
CHF	431.291	-	-	-	-	431.291
GBP	761.569	-	-	-	-	761.569
Contravalor €	5.587.707	-	-	-	-	5.587.707

Naquelas datas, não existiam operações de cobertura de risco cambial em aberto.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

A 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o total de ativos de taxa de juro fixa detidos diretamente pelo OIC, bem como os de instrumentos financeiros derivados sobre operações de taxa de juro, decompõem-se pelos seguintes prazos residuais até à maturidade:

31-12-2024					
Maturidades	Montante em Carteira (€)	Extrapatrimoniais			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	1.203.574	-	-	-	1.203.574
de 1 a 3 anos	30.833.360	-	-	-	30.833.360
de 3 a 5 anos	40.187.330	-	-	-	40.187.330
de 5 a 7 anos	4.729.527	-	-	-	4.729.527
mais de 7 anos	501.635	-	-	-	501.635
	77.455.426	-	-	-	77.455.426

31-12-2023					
Maturidades	Montante em Carteira (€)	Extrapatrimoniais			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	491.466	-	-	-	491.466
de 1 a 3 anos	25.637.061	-	-	-	25.637.061
de 3 a 5 anos	28.184.662	-	-	-	28.184.662
de 5 a 7 anos	7.842.625	-	-	-	7.842.625
mais de 7 anos	1.380.518	-	-	-	1.380.518
	63.536.332	-	-	-	63.536.332

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o OIC apresentava os seguintes valores de carteira de ações, operações extrapatrimoniais realizadas e posição de risco não coberta:

	31-12-2024			
	Montante (€)	Extrapatrimoniais		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações e Direitos	1.097.351	780.960	-	1.878.311
	1.097.351	780.960	-	1.878.311

	31-12-2023			
	Montante (€)	Extrapatrimoniais		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações e Direitos	-	1.287.495	-	1.287.495
	-	1.287.495	-	1.287.495

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2024							
	Categoria A		Categoria B		Categoria C		Categoria D	
	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *
Comissão de Gestão	231.946	0,8118%	175.480	0,7104%	72.604	0,5074%	242.703	0,3247%
Comissão de Depósito	29.795	0,1043%	25.762	0,1043%	14.922	0,1043%	77.944	0,1043%
Taxa de Supervisão	4.394	0,0154%	3.799	0,0154%	2.200	0,0154%	11.493	0,0154%
Custos de Auditoria	528	0,0018%	457	0,0018%	265	0,0018%	1.382	0,0018%
Custos de *Research*	705	0,0025%	609	0,0025%	353	0,0025%	1.844	0,0025%
Outros Custos Correntes	1.345	0,0047%	1.163	0,0047%	673	0,0047%	3.517	0,0047%
Comissões Indiretas	52.969	0,1854%	45.799	0,1854%	26.529	0,1854%	138.567	0,1854%
	321.681		253.069		117.547		477.451	
Valor Médio Global do OIC	28.570.401		24.703.055		14.309.091		74.739.751	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	1,1259%		1,0244%		0,8215%		0,6388%	

	31-12-2023							
	Categoria A		Categoria B		Categoria C		Categoria D	
	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *
Comissão de Gestão	344.151	0,8187%	67.014	0,6384%	63.171	0,4654%	177.647	0,3106%
Comissão de Depósito	43.718	0,1040%	10.918	0,1040%	14.116	0,1040%	59.477	0,1040%
Taxa de Supervisão	6.444	0,0153%	1.609	0,0153%	2.081	0,0153%	8.766	0,0153%
Custos de Auditoria	897	0,0021%	224	0,0021%	290	0,0021%	1.221	0,0021%
Custos de *Research*	898	0,0021%	224	0,0021%	290	0,0021%	1.222	0,0021%
Imposto do Selo - Verba 29	15.721	0,0374%	3.926	0,0374%	5.076	0,0374%	21.388	0,0374%
Outros Custos Correntes	1.090	0,0026%	272	0,0026%	352	0,0026%	1.483	0,0026%
Comissões Indiretas	76.440	0,1818%	19.089	0,1818%	24.681	0,1818%	103.994	0,1818%
	489.360		103.276		110.056		375.198	
Valor Médio Global do OIC	42.035.995		10.497.614		13.572.537		57.188.367	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	1,1641%		0,9838%		0,8109%		0,6561%	

* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do OIC relativa ao período de referência.

Saliente-se que, o cálculo da taxa de encargos correntes de um OIC que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que investe. As comissões indiretas foram calculadas considerando as taxas divulgadas pela Bloomberg ou por outros canais a 31 de dezembro de 2024, sendo essa a informação disponível à data. O cálculo teve em consideração o valor médio em carteira dos títulos versus o valor médio global do OIC.

Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate/reembolso ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

17. OUTROS

Terceiros - Ativo

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em Futuros		
Margem	265.103	558.943
Outros valores a receber		
Outros devedores	-	2.166
	265.103	561.109

Terceiros - Passivo

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Terceiros - Passivo		
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	68.144	54.726
Entidade Depositária	13.822	11.306
Autoridade de Supervisão	6.090	5.429
Outras Entidades	1.039	-
	89.095	71.461
Outras Contas de Credores		
Outros Valores a Pagar		
Custos de *Research*	3.511	2.752
Auditoria	1.193	1.193
	4.704	3.945
	93.799	75.406

Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Acréscimos e Diferimentos - Ativo		
Acréscimos de Proveitos		
De disponibilidade		
De depósitos à ordem	1.356	2.552
Da carteira de títulos		
Títulos de dívida pública	295.149	57.489
Obrigações diversas	562.891	354.966
	859.396	415.007

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Acréscimos e Diferimentos - Passivo		
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	640	4.920
	640	4.920

18. CUSTOS EFETIVOS DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SOCIEDADE GESTORA

Dando cumprimento ao exigido na Secção 6 do Anexo IV do RGA, apresenta-se de seguida o montante total de remunerações do exercício de 2024 e 2023 suportadas pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.:

	31-12-2024	31-12-2023
Remunerações fixas		
Orgãos de gestão	360.256	332.456
Colaboradores	4.779.221	4.734.021
	5.139.477	5.066.477
Remunerações variaveis		
Orgãos de gestão	97.000	247.000
Colaboradores	544.600	647.033
	641.600	894.033
Nº de Colaboradores remunerados:		
Orgãos de gestão	5	3
Colaboradores	99	102
	104	105

As remunerações e os benefícios refletem os valores constantes dos balancetes da sociedade gestora de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Na última verificação do cumprimento da política e procedimentos de remuneração da sociedade gestora, a função de auditoria interna não referiu a ocorrência de irregularidades.

O número de colaboradores não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Outros encargos administrativos".

ANEXO I

Inventário da carteira de títulos

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros						
Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PGB 0.7% 10/2027	922.877	22.710	-	945.587	1.469	947.056
DBR 0.25% 02/27	3.458.553	119.704	-	3.578.258	8.137	3.586.394
DBR 0.25% 08/2028	4.320.091	50.165	-	4.370.256	4.427	4.374.683
FRTR 0% 02/2027	5.143.524	201.177	-	5.344.700	-	5.344.700
FRTR 2,75% 02/2029	4.513.126	25.972	-	4.539.098	105.481	4.644.579
SPGB 1.4% 07/28	4.652.466	110.801	-	4.763.267	29.310	4.792.577
SPGB 0% 01/2026	1.081.070	40.148	-	1.121.217	-	1.121.217
BTPS 0% 08/2026	3.101.105	194.122	-	3.295.227	-	3.295.227
BTPS 0,5% 07/2028	5.215.391	132.365	-	5.347.756	13.274	5.361.030
NETHER 5.5% 01/2028	1.633.890	-	-4.105	1.629.785	78.604	1.708.389
RFGB 2.75% 07/2028	614.461	-	-2.727	611.734	8.209	619.944
BGB 0% 10/2027	2.738.851	35.162	-	2.774.013	-	2.774.013
RAGB 6.25% 07/2027	1.652.827	-	-7.150	1.645.677	43.635	1.689.312
IRISH 0.9% 05/28	426.795	12.711	-	439.506	2.603	442.109
Sub-Total:	39.475.027	945.037	-13.981	40.406.082	295.149	40.701.232
01.01.03 - Obrigações diversas						
GALPPL 2% 01/2026	633.300	-	-39.510	593.790	11.541	605.331
BCPPL 1.125% 02/2027	494.925	-	-4.165	490.760	4.980	495.740
FIDELI 4.25% 09/2031	400.000	2.644	-	402.644	5.542	408.186
CXGD 0.375% 09/2027	499.260	-	-20.130	479.130	524	479.654
CRLPL 2.5% 11/2026	299.718	-	-1.794	297.924	1.171	299.095
FLOEPT 4,875% 07/28	499.000	24.740	-	523.740	12.154	535.894
CRLPL 8,375% 07/2027	199.362	15.836	-	215.198	8.306	223.504
MONTPI 10% 10/2026	400.000	22.620	-	422.620	6.904	429.524
NOVBNC 4,25% 03/2028	498.910	13.745	-	512.655	17.408	530.063
FIDELI 7 3/4 PERP	200.000	13.486	-	213.486	1.413	214.899
VW 0.125% 02/2027	397.318	-	-21.086	376.232	443	376.675
IFXGR 3,375% 02/2027	300.610	2.819	-	303.429	8.576	312.005
ULFP 1% 02/2027	468.580	14.635	-	483.215	4.221	487.436
BNP 0.25% 04/2027	368.374	17.986	-	386.360	721	387.081
CAFP 4,125% 10/2028	511.990	6.800	-	518.790	4.577	523.367
BFCM 4,125% 03/2029	298.191	14.103	-	312.294	9.968	322.262
ACAFP 3,875% 04/2031	299.310	11.880	-	311.190	8.153	319.343
LRFP 3.5% 05/2029	507.445	4.895	-	512.340	10.404	522.744
ENGIFP 3,875% 01/31	496.645	19.805	-	516.450	19.110	535.560
AKEFP 4,25% 05/2030	399.484	19.972	-	419.456	10.526	429.982
RENAUL 4,875% 10/29	516.755	10.035	-	526.790	6.077	532.867
SUEZFP 4,625% 11/28	316.875	-	-1.302	315.573	2.243	317.816
URWFP 3,5% 09/2029	200.396	1.242	-	201.638	2.148	203.786
ACAFP 3,125% 01/2029	399.436	-	-132	399.304	3.322	402.626
LSELN 1.75% 09/29	376.088	4.616	-	380.704	1.995	382.699
BPLN 3.25% PERP	646.470	-	-49.032	597.438	10.311	607.749
NWG 1.375% 03/2027	372.227	15.845	-	388.072	4.596	392.668
NGGLN 3,875% 01/2029	154.691	84	-	154.775	5.574	160.349
INFLN 3% 10/2027	499.045	2.295	-	501.340	2.877	504.217

BKTSM 0.625% 10/2027	298.884	-	-15.633	283.251	447	283.698
CLNXSM 0.75% 11/2026	497.270	-	-15.725	481.545	483	482.028
SABSM 5.125% 11/2028	498.730	29.975	-	528.705	3.651	532.356
KUTXAB 4% 02/2028	399.696	9.088	-	408.784	14.645	423.429
ABANCA 5,875% 04/30	298.929	31.320	-	330.249	13.231	343.480
EDPPL 4,125% 04/2029	594.682	30.998	-	625.680	18.444	644.124
ABESM 2,25% 03/2029	446.180	41.245	-	487.425	8.568	495.993
CLNXSM 3,625% 01/29	507.080	1.255	-	508.335	11.024	519.359
SANTAN 3,25% 04/2029	499.285	2.045	-	501.330	4.051	505.381
SWEDA 4,375% 09/2030	492.267	37.473	-	529.740	7.072	536.812
SWEDA 2.875% 04/2029	497.520	-	-2.040	495.480	2.442	497.922
ISPIM 3.928% 09/2026	682.578	-	-73.584	608.994	6.974	615.968
UCGIM 5.85% 11/2027	499.740	26.405	-	526.145	3.766	529.911
C 1.25% 04/2029	253.344	25.164	-	278.508	2.733	281.241
DOW 0.5% 03/2027	457.140	18.225	-	475.365	2.000	477.365
MS 0.406% 10/2027	361.256	21.480	-	382.736	285	383.021
DLR 2.5% 01/2026	550.715	-	-52.525	498.190	11.988	510.178
JPM 0.389% 02/2028	430.320	43.475	-	473.795	1.658	475.453
MS 4.813% 10/2028	501.242	24.203	-	525.445	4.483	529.928
VFC 4,25% 03/2029	298.710	1.392	-	300.102	10.479	310.581
MCD 4% 03/2030	397.536	21.568	-	419.104	13.151	432.255
BAC 4,134% 06/2028	400.000	15.772	-	415.772	9.197	424.969
GE 1,5% 05/2029	441.270	32.720	-	473.990	4.705	478.695
T 2,6% 12/2029	476.515	15.525	-	492.040	534	492.574
FIS 1% 12/2028	445.870	20.035	-	465.905	397	466.302
BKNG 3,5% 03/2029	453.840	6.933	-	460.773	13.204	473.977
KHC 3,5% 03/2029	502.290	7.780	-	510.070	14.000	524.070
JEF 4% 04/2029	498.865	16.920	-	515.785	14.247	530.032
F 4,165% 11/2028	499.618	9.817	-	509.435	2.339	511.774
ANNGR 1.5% 06/2026	643.191	-	-55.155	588.036	5.055	593.091
INTNED 1.25% 02/27	395.620	-	-2.932	392.688	4.372	397.060
IBESM 3.25% PERP	414.200	-	-14.536	399.664	11.508	411.172
VW 4.25% 02/2028	499.000	14.330	-	513.330	18.637	531.967
INTNED 4.875% 11/27	499.500	18.310	-	517.810	3.205	521.015
TOYOTA 3,5% 01/2028	497.860	11.415	-	509.275	16.926	526.201
RABOBK 4,233% 04/29	300.000	11.988	-	311.988	8.733	320.721
SIEGR 1,375% 09/2030	173.391	13.057	-	186.448	882	187.330
SDZSW 4,22% 04/2030	299.898	14.979	-	314.877	8.983	323.860
MBGGR 3% 07/2027	497.930	4.080	-	502.010	7.192	509.202
ENELIM 3.375% 07/28	498.314	10.501	-	508.815	7.490	516.305
RACE 3,625% 05/2030	401.030	7.150	-	408.180	8.938	417.118
CARLB 0.375% 06/2027	457.250	15.380	-	472.630	950	473.580
NYKRE 4,625% 01/2029	497.580	27.215	-	524.795	21.988	546.783
JYBC 4.125% 09/2030	412.364	-	-1.600	410.764	5.289	416.053
DNBNO 4,625% 11/2029	299.463	17.526	-	316.989	2.319	319.308
NESVFH 0.75% 03/2028	498.323	-	-34.538	463.785	2.897	466.682
NDAFH 0,625% 08/2031	462.850	17.575	-	480.425	1.164	481.589
CCBGBB 3,75% 01/2029	298.776	7.842	-	306.618	10.605	317.223
RBIAV 0.25% 01/2025	298.278	1.257	-	299.535	707	300.242
ERSTBK 4% 01/2035	497.445	4.190	-	501.635	4.274	505.909
ARNDTN 0.375 04/2027	492.330	-	-25.605	466.725	1.341	468.066
TRAGR 4.125% 11/2025	498.920	5.455	-	504.375	2.260	506.635
BDX 3,553% 09/2029	494.370	17.000	-	511.370	5.354	516.724
TACHEM 2.25% 11/2026	441.738	-	-44.690	397.048	1.011	398.059

TACHEM 1% 07/2029	457.090	3.435	-	460.525	2.411	462.936
BNS 3,5% 04/2029	498.965	10.025	-	508.990	12.418	521.408
Sub-Total:	36.561.453	963.606	-475.714	37.049.345	562.891	37.612.235
01.01.04 - Ações						
EDP-Nom.	5.705	-	-131	5.573	-	5.573
J.MARTINS-PO	3.122	-	-23	3.100	-	3.100
COMMERZBANK	10.625	209	-	10.835	-	10.835
SIEMENS	33.544	-	-357	33.187	-	33.187
BAYER AG	5.098	-	-58	5.041	-	5.041
RWE-RHEINISCH WEST..	8.150	66	-	8.217	-	8.217
MUNCHENER RUCKVERS.	23.051	-	-1.618	21.432	-	21.432
ADIDAS- SALOMON AG	12.168	-	-328	11.840	-	11.840
MERCK KGAA	8.561	-	-27	8.534	-	8.534
SAP SE	32.511	-	-611	31.901	-	31.901
DEUTSCHE TELEKOM	23.866	-	-928	22.939	-	22.939
HEIDELBERGER ZEMENT	4.093	-	-156	3.937	-	3.937
Mercedes-Benz Grp AG	9.365	-	-58	9.307	-	9.307
RHEINMETALL AG	11.924	-	-247	11.677	-	11.677
VONOVIA SE	19.367	-	-339	19.029	-	19.029
Siemens Energy AG	13.158	-	-110	13.048	-	13.048
DANONE	10.685	-	-71	10.615	-	10.615
AXA-UAP	14.934	167	-	15.101	-	15.101
TotalEnergies SE	21.577	412	-	21.988	-	21.988
L OREAL	15.668	57	-	15.725	-	15.725
BNP	17.430	100	-	17.529	-	17.529
AIR LIQUIDE	21.848	-	-350	21.498	-	21.498
SCHNEIDER	31.929	-	-612	31.317	-	31.317
L.V.M.H.	33.409	273	-	33.682	-	33.682
SAINT-GOBAIN	14.220	-	-422	13.798	-	13.798
SOCIETE GENERALE	12.580	49	-	12.629	-	12.629
CAP GEMINI SOGETI	16.304	460	-	16.764	-	16.764
EssilorLuxottica	17.829	77	-	17.906	-	17.906
GLE ENTREP. VINCI	15.089	-	-28	15.061	-	15.061
SANOFI SYNHLABO	41.630	2.334	-	43.964	-	43.964
VEOLIA ENVIRONEMENT	8.195	-	-143	8.052	-	8.052
AIRBUS SE	22.342	-	-518	21.824	-	21.824
SAFRAN SA	19.022	67	-	19.089	-	19.089
HERMES INTERNACIONAL	15.949	305	-	16.254	-	16.254
AMUNDI SA	12.362	-	-35	12.326	-	12.326
SPIE SA	5.641	7	-	5.648	-	5.648
CRH PLC	13.859	-	-594	13.264	-	13.264
COMPASS GROUP	5.100	16	-	5.117	-	5.117
RECKITT BENCKISER	5.043	-	-19	5.024	-	5.024
OCADO GROUP PLC	1.888	-	-61	1.827	-	1.827
RELX PLC	5.609	-	-144	5.465	-	5.465
SHELL PLC-NEW	3.280	13	-	3.292	-	3.292
Just Group PLC	12.289	248	-	12.537	-	12.537
IBERDROLA	28.414	248	-	28.662	-	28.662
FERROVIAL SE	8.780	-	-91	8.688	-	8.688
INDITEX	14.089	-	-140	13.949	-	13.949
BANCO SABADELL SA	8.774	-	-240	8.535	-	8.535
CAIXABANK SA	14.855	88	-	14.944	-	14.944

INTERNATIONAL AIR	5.589	76	-	5.665	-	5.665
CELLNEX TELECOM SAU	7.900	-	-273	7.628	-	7.628
Puig Brands SA	4.979	-	-199	4.780	-	4.780
UNICREDITO ITALIANO	29.801	-	-329	29.472	-	29.472
ENI SPA	7.296	-	-44	7.252	-	7.252
ENEL	24.410	-	-515	23.894	-	23.894
TERNA SPA	6.509	-	-63	6.447	-	6.447
BPER Banca	12.343	-	-295	12.047	-	12.047
FINECOBANK SPA	17.494	-	-301	17.193	-	17.193
ESSITY AKTIEBO-B	3.746	-	-30	3.716	-	3.716
C.FIN.RICHMONT	3.173	56	-	3.229	-	3.229
KONINKLIJKE AHOLD NV	8.138	-	-140	7.998	-	7.998
ING GROEP NV	20.607	469	-	21.076	-	21.076
ASML NA	90.228	-	-1.318	88.910	-	88.910
ASM INTERNATIONAL	24.333	813	-	25.146	-	25.146
STELLANTIS NV	7.158	-	-95	7.063	-	7.063
FERRARI NV	14.330	-	-309	14.022	-	14.022
ASR NEDERLAND NV	9.869	203	-	10.072	-	10.072
Prosus NV	13.101	-	-637	12.464	-	12.464
Adyen NV	19.507	-	-826	18.681	-	18.681
Universal Music Grp	7.972	111	-	8.083	-	8.083
Argenx SE	13.289	-	-89	13.200	-	13.200
NOVO NORDISK AS	6.879	-	-1.355	5.524	-	5.524
UCB BELGIAN CAP	10.197	374	-	10.571	-	10.571
ANHEUSER-BUSCH INB	9.446	-	-424	9.023	-	9.023
ERST BK DER OEST.SPA	12.381	148	-	12.529	-	12.529
Sub-Total:	1.105.608	7.444	-15.701	1.097.351	-	1.097.350
01.01.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs)						
iShares SMI Eq CHF	387.695	88.016	-	475.711	-	475.711
iShares FTSE100 EqD	873.789	207.687	-	1.081.476	-	1.081.476
iShares MSCIPacXJap$	1.445.644	67.936	-	1.513.579	-	1.513.579
iShares Eur GvtBd I	9.842.630	237.630	-	10.080.260	-	10.080.260
Ishares € Mkt Grw	1.748.112	289.789	-	2.037.902	-	2.037.902
Xtrack MSCIJap €Hd4C	1.559.298	29.075	-	1.588.373	-	1.588.373
Xtrack US TSY €Hd	15.106.335	-	-363.893	14.742.443	-	14.742.443
Amun Msci Jp-Acc €	1.425.917	210.324	-	1.636.241	-	1.636.241
Sub-Total:	32.389.420	1.130.457	-363.893	33.155.985	-	33.155.985
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs)						
TRowe US BlueCp €I	632.250	199.443	-	831.693	-	831.693
Amundi LiqST SRI€IAc	2.745.935	12.064	-	2.757.999	-	2.757.999
Nomura US HY Bd A€Hd	46	6	-	52	-	52
JPM Eur Gvt Bd I	2.406.768	75.209	-	2.481.977	-	2.481.977
BGF EM LC Bd €I2	1.418.615	123.981	-	1.542.596	-	1.542.596
ESpring US CorpB €HI	1.235.820	-	-73.771	1.162.049	-	1.162.049
PGIS US IG CorpB I€A	1.235.998	-	-84.002	1.151.996	-	1.151.996
Groupama MonetaireIC	2.745.843	12.245	-	2.758.088	-	2.758.088
GS EmgMkt Eq I€Ac	1.170.411	353.163	-	1.523.574	-	1.523.574
BGF EurCorpBd €I2	358.267	-	-11.205	347.062	-	347.062
M&G EuropeCred FA	625.257	36.431	-	661.688	-	661.688
Schrd Euro Eq IZ€	1.987.572	1.155.281	-	3.142.853	-	3.142.853
Wellington EM Eq €SA	1.219.112	300.897	-	1.520.009	-	1.520.009
BlueBay Eur GvtBd Q	3.560.636	183.459	-	3.744.095	-	3.744.095

Amundi Eurl Eq-J2Ec	5.462.494	629.878	-	6.092.371	-	6.092.371
Goldman Sachs-Q Eur	2.782.484	259.450	-	3.041.934	-	3.041.934
Jpm-Us S E P-Ca€	3.103.010	690.081	-	3.793.091	-	3.793.091
Vontobel Eur CorpB-G	511.436	2.508	-	513.945	-	513.945
Gmo-Qua Inv-Eur	1.512.486	37.968	-	1.550.454	-	1.550.454
Amundi-US PI F-I2€C	1.502.387	46.759	-	1.549.146	-	1.549.146
Sub-Total:	36.216.827	4.118.821	-168.978	40.166.670	-	40.166.670
Total	**145.748.334**	**7.165.367**	**-1.038.267**	**151.875.433**	**858.040**	**152.733.472**

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO - SUSTENTABILIDADE

Anexo IV

Divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no Artigo 8º, nºs 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no Artigo 6º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do produto: CAIXA WEALTH DEFENSIVO PPR/OICVM - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma
Identificador de entidade jurídica: Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, SA

Esta informação não é alvo de qualquer garantia fornecida por auditores ou de qualquer revisão por terceiros.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto Financeiro tinha um objetivo de investimento sutentável ?	
●● ☐ Sim	**●○ ☒ Não**
☐ Efetuou **investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental:_%**	☒ Promoveu **características ambientais/sociais** (A/S) e, embora não tivesse como objetivo um investimento sustentável, dedicou uma proporção de **3,23%** a investimentos sustentáveis.
☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☒ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
	☐ com um objetivo social
☐ Efetuou **investimentos sustentáveis com um objetivo social: _%**	☐ Promoveu características (A/S), mas **não realizou qualquer investimento sustentável.**

Por «**investimento sustentável**», entende-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e que as empresas beneficiárias do investimento sigam práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de **atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.** Este regulamento não estabelece uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem ou não ser alinhados com a taxonomia.

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

Durante o ano de 2024, a seleção de emitentes deste OIC enquadrou-se numa lógica de avaliação fundamental, com tradução numa expetativa de retorno ajustado por risco positiva, de acordo com a avaliação da Sociedade Gestora. No processo de avaliação dos emitentes foram incorporados fatores de sustentabilidade em paralelo com a incorporação de fatores de análise financeira tradicionais.

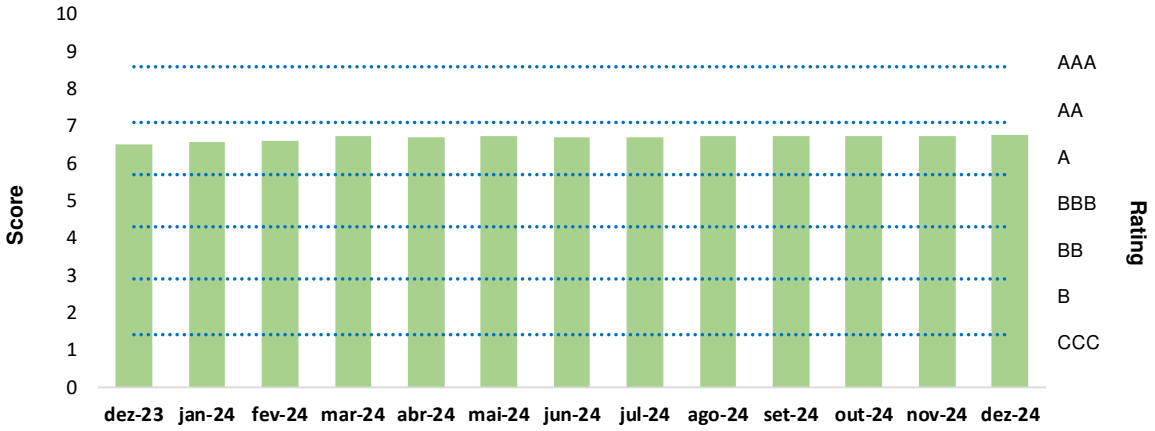
A abordagem na seleção dos ativos alvo de investimento continuou a seguir uma estratégia que, em paralelo com a abordagem de Envolvimento da Sociedade Gestora, detalhada no Relatório de Envolvimento, disponível no seu site www.caixagestaodeativos.pt, articulou as dimensões de sustentabilidade de exclusão e *Best-in-Class*.

De acordo com a abordagem *Best-in-Class* seguida pela Sociedade Gestora, na gestão do OIC, em cada um dos setores de atividade, foram privilegiados emitentes com um *rating* ambiental, social e de governo societário (ESG) mais elevado, avaliados de acordo com a metodologia e níveis de rating de Sustentabilidade da Sociedade Gestora, que, tal como expresso na sua metodologia, recorre à avaliação de uma das entidades reconhecidas internacionalmente nesta temática, cujos serviços de research a Sociedade Gestora contratualizou e cuja metodologia de análise assenta nos pilares ambiental, social e governo societário. A metodologia descrita é enquadrada por um score que oscila entre 0 e 10 e por um intervalo de ratings entre CCC (mínimo) e AAA (máximo).

Decorrente da estratégia de sustentabilidade da Sociedade Gestora, não foram considerados elegíveis para investimento direto, nem emitentes com um nível de exposição de receitas superior a 20% a indústrias consideradas socialmente controversas (nomeadamente armamento não convencional, extração de carvão, jogo e tabaco), nem emitentes com um Rating de Sustentabilidade inferior a BB.

Neste contexto, em 2024, na composição do OIC, observou-se um grau de cobertura médio de emitentes, avaliados segundo o supracitado rating de Sustentabilidade da Sociedade Gestora, superior a 97% do valor patrimonial do Fundo, resultando num score ponderado de 6,76, que corresponde a um rating de A, tendo evoluído, no decorrer do ano, conforme se demonstra:

Avaliação de Sustentabilidade do OIC *Score/Rating*



Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Durante 2024, a estratégia de sustentabilidade seguida pela Sociedade Gestora na gestão do OIC, continuou a concentrar-se em garantir uma exposição global que procurou maximizar a promoção de caraterísticas ambientais ou sociais do OIC, tendo sido valorizada de igual forma a importância das dimensões referidas da sustentabilidade.

Ao longo de 2024 foram realizados investimentos em emitentes que, de acordo com a análise da Sociedade Gestora, obtêm receitas com produtos e/ou serviços que podem ajudar a resolver alguns dos principais desafios sociais e ambientais do mundo, nomeadamente:

- Ambiental - Emitentes que desenvolvam atividades na esfera da adaptação climática, da mitigação climática, do uso sustentável e proteção de recursos hídricos e marinhos, da transição para uma economia circular, prevenção e controle da poluição, proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas, destacando-se particularmente exposições às áreas de energias alternativas, eficiência energética, prevenção da poluição ou consumo sustentável de água;
- Social - Emitentes que desenvolvam atividades que promovam desenvolvimentos na esfera social, por exemplo nas áreas da saúde, nutrição ou saneamento.

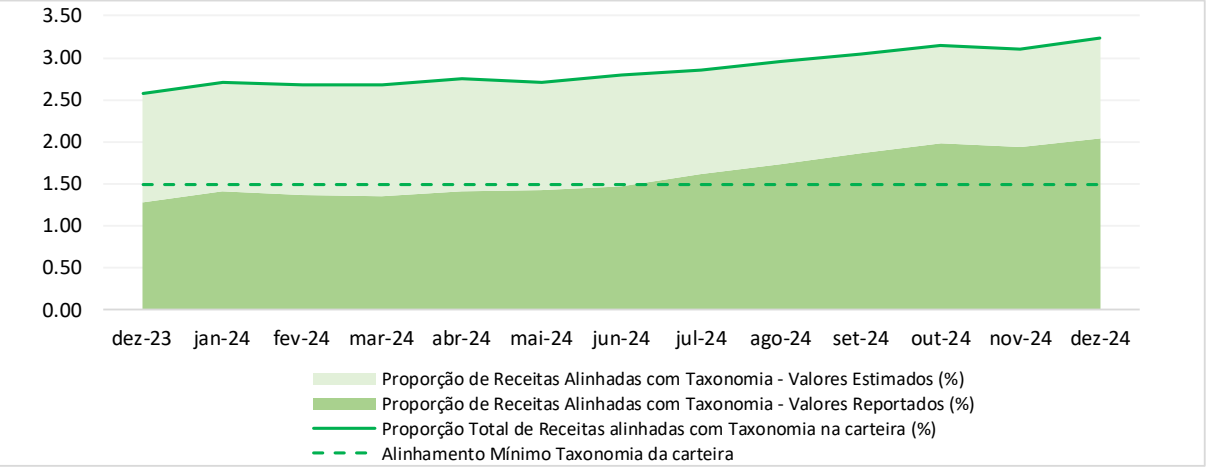
De acordo com a análise da Sociedade Gestora, a 31/12/2024, o OIC apresentava uma exposição de 18,16% a ativos que promovem caraterísticas ambientais ou sociais, numa exposição ponderada de receitas correspondente a 4,79%.

Não obstante não ter um objetivo sustentável, o OIC dedicou, no período, uma proporção do valor patrimonial em ativos com atividades económicas qualificadas, de acordo com a análise da Sociedade Gestora, como sustentáveis do ponto de vista ambiental, ao abrigo do Regulamento da Taxonomia. Com referência a 31/12/2024, o OIC apresentava exposição a ativos alinhados com a taxonomia correspondente a uma proporção[1] de investimentos de 3,23% de receitas alinhadas com a taxonomia, valor que compara favoravelmente com o nível de exposição mínimo de 1,5%, preconizada para a gestão deste OIC, conforme consta dos

[1] De acordo com o Regulamento de Taxonomia, os valores apresentados ao longo deste documento, referentes ao cálculo do valor da proporção de investimentos alinhados com taxonomia, resultam da ponderação do peso dos emitentes alinhados com a Taxonomia no património do OIC, multiplicado pelo peso relativo das suas atividades alinhadas com a Taxonomia.

respetivos documentos pré-contratuais. A evolução em 2024, deste indicador é ilustrada no gráfico seguinte:

Proporção de Investimentos em Atividades Alinhadas com a Taxonomia



Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

Os **indicadores de sustentabilidade** medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

O desempenho da avaliação dos indicadores de sustentabilidade selecionados pela Sociedade Gestora, e a sua evolução em 2024, encontra-se detalhada no Quadro-Resumo seguinte:

Indicadores de Sustentabilidade da carteira	dez-23	mar-24	jun-24	set-24	dez-24
Desempenho Global Sustentabilidade					
- *Score* de Sustentabilidade da Sociedade Gestora (0-10)	6,52	6,75	6,72	6,74	6,76
- Rating de Sustentabilidade da Sociedade Gestora (CCC-AAA)	A	A	A	A	A
- Cobertura de Emitentes com *Rating* de Sustentabilidade (%)	97,61	94,82	98,00	97,97	98,05
- Cobertura de Emitentes com *Rating* de Sustentabilidade CCC ou B (%) [1)]	1,23	0,64	0,63	0,61	0,58
Promoção de Caraterísticas Ambientais / Sociais					
- Exposição a emitentes cujas atividades promovam caraterísticas de sustentabilidade (%)	17,82	18,65	18,02	17,54	18,16
- Proporção de receitas alinhadas com a promoção de caraterísticas de sustentabilidade (%)	4,16	4,22	4,22	4,44	4,79
Investimentos Sustentáveis					
- Proporção de investimentos ambientais sustentáveis (%)	2,57	2,69	2,79	3,04	3,23
Investimentos Sustentáveis Alinhados com Taxonomia Ambiental					
- Proporção de investimento em emitentes com receitas alinhadas com Taxonomia Ambiental (%)	2,57	2,69	2,79	3,04	3,23
- Proporção de investimento em emitentes com receitas alinhadas com Taxonomia Ambiental (%) [2)]	1,28	1,35	1,48	1,86	2,04
- Proporção de investimento em emitentes com receitas alinhadas com Taxonomia Ambiental (%) [3)]	1,29	1,33	1,32	1,18	1,20
- Proporção de investimento em emitentes com capex alinhado com Taxonomia Ambiental (%)	6,69	7,24	7,78	8,10	8,10
- Proporção de investimento em emitentes com opex alinhado com Taxonomia Ambiental (%)	4,70	5,58	6,40	7,04	6,79

Fonte: Caixa Gestão de Ativos
'Notas:
1) A Política de Investimento Socialmente Responsável da Sociedade Gestora até ao dia 31/12/2022 restringia o investimento a

emitentes avaliados com Rating de Sustentabilidade CCC, tendo após essa data limitado o investimento atendendo à restrição "não serão realizados novos investimentos com um *rating* inferior a BB"
2) Dados Reportados
3) Dados Estimados

Adicionalmente, tendo em conta que a Sociedade Gestora entende que a avaliação e comunicação dos principais impactos adversos associados às suas decisões de investimento, assume um caráter crítico, para uma correta avaliação da estratégia de sustentabilidade seguida, os indicadores escolhidos para divulgação pela Sociedade Gestora[2] serão desagregados para este OIC, com referência a 2024, no ponto específico deste Anexo.

… e comparado com os períodos anteriores?

Decorrente da estratégia seguida na gestão do OIC em 2024, tendo em vista a obtenção de um nível de retorno positivo, ajustado pelo risco, constata-se que a evolução nos indicadores de sustentabilidade do OIC evidenciada no ponto anterior, resultaram por um lado da dinâmica de melhoria dos indicadores por parte dos emitentes, fruto da consciencialização da importância das suas práticas e do seu impacto nos indicadores de sustentabilidade, e por outro dos efeitos da estratégia de sustentabilidade da Sociedade Gestora, não só ao nível da integração de fatores de sustentabilidade na seleção de emitentes, como também do envolvimento estabelecido com os mesmos.

Quais eram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Não obstante a Sociedade Gestora valorizar a importância dos investimentos sustentáveis, a estratégia seguida na gestão do OIC em 2024, tendo em vista a obtenção de um nível de retorno positivo, ajustado pelo risco, concentrou-se, no que se refere à sustentabilidade, em garantir uma exposição global que procurou maximizar a promoção de caraterísticas ambientais ou sociais do OIC, em paralelo com os supracitados objetivos financeiros de retorno ajustado pelo risco.

Nesse contexto, a Sociedade Gestora valorizou de igual forma a importância das dimensões referidas da sustentabilidade, pelo que a estratégia do OIC se concentrou em garantir uma exposição global alinhada com o citado propósito de promoção, independentemente da decomposição do mesmo.

Adicionalmente, no âmbito ambiental, o OIC realizou investimentos de acordo com os propósitos definidos no Regulamento de Taxonomia, independentemente da decomposição dos mesmos, conforme explicação que consta dos pontos específicos deste Anexo, dedicados às atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental, ao abrigo do Regulamento de Taxonomia da UE.

[2] Os Indicadores divulgados de acordo com o definido na legislação de Divulgação de Informação Financeira Sustentável (legislação SFDR) – Anexo I, pela Sociedade Gestora com referência a 2023, estão disponíveis em https://www.cgd.pt/Site/CXA/Caixa-gestao-ativos/Sustentabilidade/Documents/Declaracao_PAI_CXA.pdf. Em complemento dos indicadores obrigatórios, a Sociedade Gestora selecionou indicadores facultativos em função da importância da temática associada e da representatividade da informação disponível.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

No âmbito do processo de avaliação no que se refere a aspetos ambientais, a Sociedade Gestora realizou uma avaliação de acordo com o Regulamento de Taxonomia da eu, validando o cumprimento dos critérios técnicos para evitar danos significativos nos restantes objetivos ambientais.

No caso de investimentos que contribuíram para um objetivo social, não estando ainda publicados os critérios técnicos que regulamentam a taxonomia social, a Sociedade Gestora realizou uma avaliação qualitativa dos emitentes, analisando com base na informação disponível, se nenhum dano significativo foi associado à atividade do emitente em causa.

Em paralelo, foi realizada a avaliação de cada emitente no que se refere aos Principais Impactos Adversos associados à sua atividade, *input* relevante para a avaliação do Rating de Sustentabilidade de cada ativo, a ser incorporado na avaliação global do Rating de Sustentabilidade do OIC.

No âmbito deste processo, emitentes com indicadores específicos que apresentem níveis de impacto adverso mais elevado, em um ou em vários indicadores, foram sujeitos a uma análise adicional por parte da Equipa de Investimentos, com recurso a outras fontes de informação e posterior discussão no âmbito do Comité de Sustentabilidade da Sociedade Gestora, órgão regular e deliberativo, que é responsável por analisar e verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas em matéria de Investimento Socialmente Responsável, de forma a fundamentar a decisão das ações concretas a tomar em cada situação.

Adicionalmente a Sociedade Gestora avaliou o cumprimento de salvaguardas mínimas, validando o cumprimento por parte dos emitentes dos padrões incorporados nas Diretrizes da OCDE sobre Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, com referência específica às oito Convenções Fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos Princípios e Direitos fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

A expressão «**principais impactos negativos**» diz respeito aos impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

A Sociedade Gestora no âmbito do processo de gestão deste OIC, monitorizou continuamente os Principais Impactos Adversos, definidos de acordo com a legislação SFDR, e selecionados para a análise dos ativos geridos, usando uma metodologia interna, que considera as limitações existentes e reconhecidas, relativas à qualidade e fiabilidade da informação disponibilizada atualmente pelos Emitentes.

A gestão do OIC incorporou um processo de identificação dos principais impactos negativos em termos de sustentabilidade, decorrentes das decisões de investimento. Este processo, assente em análises por indústria, setor ou emitente, teve por base informação não financeira disponibilizada pelas entidades em que o OIC investe, análises efetuadas pela própria

Sociedade Gestora e informação disponibilizada por entidades especializadas em análises ambientais, sociais e de governo societário, nomeadamente um fornecedor de research ESG reconhecido internacionalmente, cuja metodologia de análise incide sobre empresas, países e fundos de investimento.

Em paralelo com os indicadores de avaliação e reporte obrigatório, no âmbito da legislação SFDR, que abrangem as áreas climática, social e de trabalho, respeito pelos direitos humanos, anti-corrupção e questões anti-suborno, a Sociedade Gestora considerou, na avaliação dos emitentes, os indicadores facultativos definidos no âmbito da citada legislação relativos aos impactos adversos, tendo selecionado para publicação indicadores facultativos, em função da importância da temática associada e da representatividade da informação disponível.

A Sociedade Gestora entende que a comunicação dos principais impactos adversos associados às suas decisões de investimentos assume um caráter crítico para uma correta avaliação da sua estratégia de sustentabilidade, pelo que, de acordo com a legislação SFDR – Anexo I, neste contexto apresenta o quadro-resumo seguinte, que reflete a evolução em 2024 dos impactos negativos associados às decisões de investimento realizadas na gestão deste OIC, em empresas beneficiárias de investimento, em organizações soberanas e supranacionais, e em fundos de investimento de outras sociedades gestoras.

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	Impacto dez-2023	Impacto mar-2024	Impacto jun-2024	Impacto set-2024	Impacto dez-2024	Cobertura (%) dez-2024
Indicadores sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente						
Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)						
1. Emissões de GEE (tCO2e-toneladas de dióxido de carbono equivalente)						
Emissões de GEE de categoria 1	2.439,7	2.970,5	3.533,0	3.099,0	3.134,0	99,4
Emissões de GEE de categoria 2	549,4	647,2	726,6	682,2	744,4	99,4
Emissões de GEE de categoria 3	29.758,0	31.143,5	32.248,2	31.359,9	31.604,9	99,4
Total das emissões de GEE	32.747,0	34.761,1	36.507,8	35.141,2	35.483,2	99,4
2. Pegada de carbono (tCO2e por 1 M Euro investido no fundo)	529,4	534,0	554,4	530,1	496,2	99,4
3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento[1]	1.003,3	974,7	982,3	976,5	922,3	99,5
4. Exposição a empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis (%) [2]	10,6	15,6	13,3	13,2	12,5	98,1
5. Quota-parte do consumo e produção de energias não renováveis (%)[3]	70,0	66,1	66,3	63,6	61,6	86,1
6. Intensidade do consumo de energia por setor com elevado impacto climático [4]	10,3	11,4	7,9	7,8	7,0	92,7
Biodiversidade						
7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (%) [5]	9,4	8,9	10,5	12,6	12,6	98,8
Água						
8. Emissões para o meio aquático[6]	0,4	0,2	0,1	0,0	0,1	1,6
Resíduos						
9. Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos[7]	5,7	5,0	4,5	1,4	3,0	71,7
Indicador adicional						
Água, resíduos e emissões materiais						
8. Exposição a zonas de elevado *stress* hídrico (%) [8]	1,7	1,6	1,7	0,7	0,8	98,8
Indicadores relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e o suborno						
Questões sociais e laborais						
10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (%) [9]	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	98,9
11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (%) [10]	1,8	0,3	2,3	1,5	1,3	98,8
12. Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas (%)[11]	14,6	10,3	12,8	12,8	12,5	54,3
13. Diversidade de género nos conselhos de administração (%) [12]	36,3	36,0	36,7	37,3	37,5	98,7
14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas) (%)[13]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,5
Indicador adicional						
Questões sociais e laborais						
1. Investimentos em empresas sem políticas de prevenção de acidentes no trabalho (%)[14]	4,90	3,89	4,07	3,98	3,19	98,8

Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	Impacto dez-2023	Impacto mar-2024	Impacto jun-2024	Impacto set-2024	Impacto dez-2024	Cobertura (%) dez-2024
Ambientais						
15. Intensidade de emissão de GEE (tCO2e) [15]	252,5	222,6	224,7	224,3	190,9	99,7
Sociais						
16. Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social [16]	3,1	4,3	2,7	8,5	4,2	99,7

Indicadores aplicáveis aos investimentos em ativos imobiliários	Impacto dez-2023	Impacto mar-2024	Impacto jun-2024	Impacto set-2024	Impacto dez-2024	Cobertura (%) dez-2024
Combustíveis fósseis						
17. Exposição a combustíveis fósseis através de ativos imobiliários (%) [17]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Eficiência energética						
18. Exposição a ativos imobiliários ineficientes do ponto de vista energético (%) [18]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Nota explicativa de cada métrica:

1. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento;

2. Quota-parte dos investimentos em empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis;

3. Quota-parte do consumo e da produção de energias não renováveis das empresas beneficiárias do investimento a partir de fontes de energia não renováveis, em comparação com as fontes de energias renováveis, expressa em percentagem do total das fontes de energia;

4. Consumo de energia em GWh por cada milhão de euros de receitas de empresas beneficiárias do investimento, por setor com elevado impacto climático;

5. Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento que possuem instalações/operações localizadas no interior ou próximo de zonas sensíveis do ponto de vista da diversidade, quando as atividades dessas empresas beneficiárias do investimento tiverem um impacto negativo nessas zonas;

6. Toneladas de emissões para o meio aquático provenientes de empresas beneficiárias do investimento por cada milhão de euros investido, expressas em média ponderada;

7. Toneladas de resíduos perigosos e resíduos radioativos gerados pelas empresas beneficiárias do investimento por cada milhão de euros investido, expressas em média ponderada;

8. A percentagem do valor de mercado da carteira consolidada gerida pela Sociedade Gestora exposta a emitentes que informaram ter operações em áreas de alto stress hídrico, e que não evidenciam uma política de gestão da água;

9. Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento que estiveram envolvidas em violações dos princípios UNGC ou das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais;

10. Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento que não possuem políticas de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou mecanismos de tratamento de queixas/ reclamações referentes a violações dos princípios UNGC ou das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais;

11. Média das disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas das empresas beneficiárias do investimento;

12. Rácio médio de mulheres/homens nos conselhos de administração das empresas beneficiárias do investimento, expresso em percentagem da totalidade dos membros do conselho de administração;

13. Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento envolvidas no fabrico ou na venda de armas controversas;

14. A percentagem do valor de mercado dos ativos da carteira consolidada gerida pela Sociedade Gestora exposta a emitentes sem política de prevenção de acidentes de trabalho;

15. Intensidade de emissão de GEE dos países beneficiários do investimento;

16. Número de países beneficiários do investimento que registam violações de normas sociais (em termos absolutos e relativos – divisão pelo número total de países beneficiários do investimento), tal como preconizadas em tratados e convenções internacionais, nos princípios das Nações Unidas e, quando aplicável, na legislação nacional;

17. Quota-parte dos investimentos em ativos imobiliários envolvidos na extração, armazenamento, transporte ou produção de combustíveis fósseis;

18. Quota-parte dos investimentos em ativos imobiliários ineficientes do ponto de vista energético.

Foram os investimentos sustentáveis alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Pormenores:

No âmbito da avaliação do cumprimento das salvaguardas mínimas, a Sociedade Gestora validou o cumprimento, por parte dos emitentes, dos padrões incorporados nas Diretrizes da OCDE sobre Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, com referência específica às oito Convenções Fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos Princípios e Direitos fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

A supracitada análise foi executada usando uma metodologia interna, que considerou as limitações existentes e reconhecidas, relativas à qualidade e fiabilidade da informação

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados pela taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da União aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à parte remanescente deste produto financeiro não têm em conta os critérios da União aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

disponibilizada atualmente pelos Emitentes e que assentou em análises por indústria, setor ou emitente, com base em informação não financeira disponibilizada pelas entidades em que o OIC investiu, análises efetuadas pela própria Sociedade Gestora e informação disponibilizada por entidades especializadas em análises ESG, nomeadamente um fornecedor de *research* ESG reconhecido internacionalmente, que a Sociedade Gestora contratualizou e cuja metodologia de análise incide sobre empresas, países e fundos de investimento.

De que forma é que este produto financeiro considerou os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

A Sociedade Gestora no âmbito do processo de gestão deste OIC, monitorizou de forma contínua os Principais Impactos Adversos, definidos de acordo com a legislação SFDR, e selecionados para a análise dos ativos geridos, de acordo com a abordagem já descrita na questão "… Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade? …".

Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que representam **a maior proporção dos investimentos** do produto financeiro realizados ao longo do período de referência que sejam:

O Quadro seguinte evidencia os principais investimentos realizados pela Sociedade Gestora no âmbito da gestão deste OIC com referência a 31 de dezembro de 2024.

Maiores Investimentos	Setor	País	% Ativos
Xtrack US TSY €Hd	n.a.	n.a.	9,47%
iShares Eur GvtBd I	n.a.	n.a.	6,48%
Amundi Eurl Eq-J2Ec	n.a.	n.a.	3,91%
BTPS 0,5% 07/2028	Dívida Pública	Itália	3,44%
FRTR 0% 02/2027	Dívida Pública	França	3,43%
SPGB 1.4% 07/28	Dívida Pública	Espanha	3,08%
FRTR 2,75% 02/2029	Dívida Pública	França	2,98%
DBR 0.25% 08/2028	Dívida Pública	Alemanha	2,81%
BlueBay Eur GvtBd Q	n.a.	n.a.	2,41%
DBR 0.25% 02/27	Dívida Pública	Alemanha	2,30%
BTPS 0% 08/2026	Dívida Pública	Itália	2,12%
Schrd Euro Eq IZ€	n.a.	n.a.	2,02%
Goldman Sachs-Q Eur	n.a.	n.a.	1,95%
Groupama MonetaireIC	n.a.	n.a.	1,77%
Amundi LiqST SRI€IAc	n.a.	n.a.	1,77%

n.a.: não aplicável a Fundos e a ETF's

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

O OIC na concretização da sua política de investimento, de acordo com os objetivos definidos, aplicou o capital investido pelos participantes numa carteira diversificada de ações e obrigações.

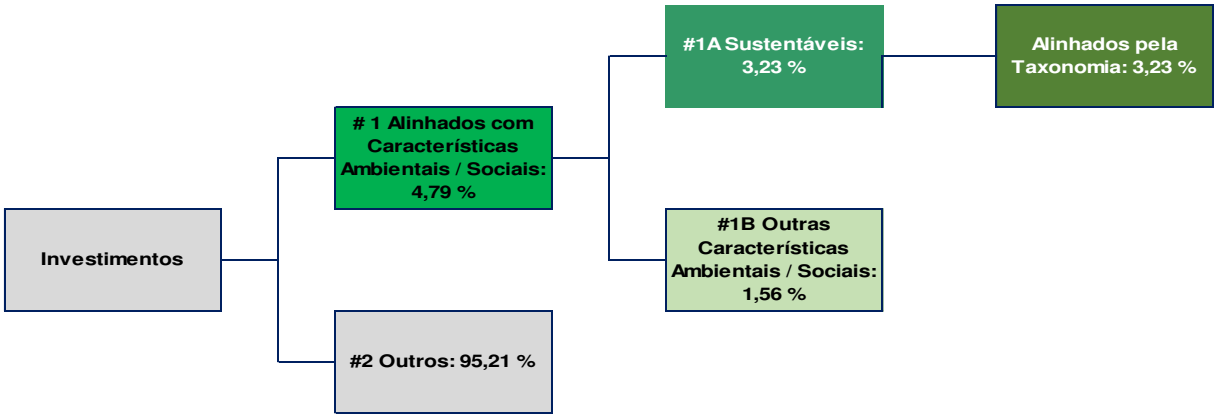
Não obstante o OIC não tenha como objetivo o investimento sustentável, atendendo à especificidade da sua estratégia e ao seu objetivo, investiu, durante 2024, parcialmente em investimentos sustentáveis. Neste contexto, tal como já foi referido neste Anexo, o OIC realizou investimentos que, de acordo com a análise da Sociedade Gestora, se enquadram na definição de investimentos sustentáveis[3], numa proporção de 3,23% do valor patrimonial, valor que corresponde à ponderação das estimativas das receitas sustentáveis[4] dos emitentes que fizeram parte do OIC.

Como foram alocados os ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a quota-parte dos investimentos em ativos específicos.

Durante o período em análise a carteira de ativos apresentou uma estrutura média de 21% de ações, 72% em obrigações e 7% de liquidez.

A abordagem seguida na alocação de ativos, nomeadamente no que se refere à sustentabilidade, detalhada no ponto anterior, pode ser esquematizada da seguinte forma.



[3] No âmbito do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros ("SFDR") - «Investimento sustentável», investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo de natureza ambiental, tal como medido, por exemplo, pelos indicadores fundamentais da eficiência dos recursos em matéria de utilização de energia, de energias renováveis, de matérias-primas, da água e dos solos, de produção de resíduos e de emissões de gases com efeito de estufa, ou do impacto na biodiversidade e na economia circular, ou um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo de natureza social, em particular um investimento que contribui para combater as desigualdades ou que promove a coesão social, a integração social e as relações laborais, ou um investimento em capital humano ou em comunidades económica ou socialmente desfavorecidas, desde que tais investimentos não prejudiquem significativamente nenhum desses objetivos e desde que as empresas beneficiárias do investimento empreguem práticas de boa governação, em particular no que diz respeito a estruturas de gestão, relações laborais e práticas de remuneração do pessoal sãs e ao cumprimento das obrigações fiscais.

[4] Para os cálculos de elegibilidade de cada emitente como desenvolvendo atividades sustentáveis, são considerados emitentes que obtêm receitas relevantes com produtos e/ou serviços (no mínimo 20%, ou inferior se cumprir os pressupostos de Alinhamento com o Regulamento da Taxonomia, tal como abaixo se detalha) que podem ajudar a resolver alguns dos principais desafios sociais e ambientais do mundo, considerando na avaliação todos os critérios para ser considerado um investimento sustentável, de acordo com o Artigo 2 (17) da legislação SFDR, boas práticas de governo societário, não causam danos significativos e contribuição positiva para um objetivo ambiente ou objetivo social.

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.
#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimento sustentáveis.

A categoria #1 Alinhados com caraterísticas A/S abrange:
- A subcategoria #1A Sustentáveis abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria #1B Outras características A/S abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

A decomposição dos ativos esquematizada, e respetivos valores, obedecem à metodologia de cálculo descrita no Regulamento Delegado (UE) 2022/2018.

Em que setores económicos foram realizados os investimentos?

No contexto dos emitentes que contribuíram para a promoção das caraterísticas ambientais ou sociais por parte do OIC em 2024, destacaram-se pela sua representatividade para os propósitos ambientais os sectores elétrico e industrial com exposição às energias alternativas.

No que se refere aos contributos sociais, os setores financeiro, imobiliário e alimentação assumiram em 2024 a maior relevância na estrutura do OIC.

Em que medida foram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, conhecido por Regulamento da Taxonomia, que complementou as obrigações de divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos nos Regulamentos Delegados (UE) 2021/2139 e 2023/2486.

Decorrente da aplicação dos supracitados critérios, o OIC, durante o ano de 2024, observou uma proporção de 3,23% a investimentos sustentáveis alinhados com os objetivos ambientais, calculados de acordo com o Regulamento da Taxonomia (UE). O citado valor corresponde à ponderação das estimativas das receitas, alinhadas com o Regulamento da Taxonomia, dos emitentes que fizeram parte do OIC.

A Sociedade Gestora valorizou de igual forma a importância dos referidos objetivos, pelo que a estratégia do Fundo se concentrou em garantir uma exposição global alinhada com o propósito supracitado, independentemente da decomposição da mesma em objetivos ambientais. A taxonomia da UE (a que se refere o Regulamento da Taxonomia) estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados pela taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplicou-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tiveram em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos

subjacentes à parte remanescente deste produto financeiro não tiveram em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE[5]?

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que se refere à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

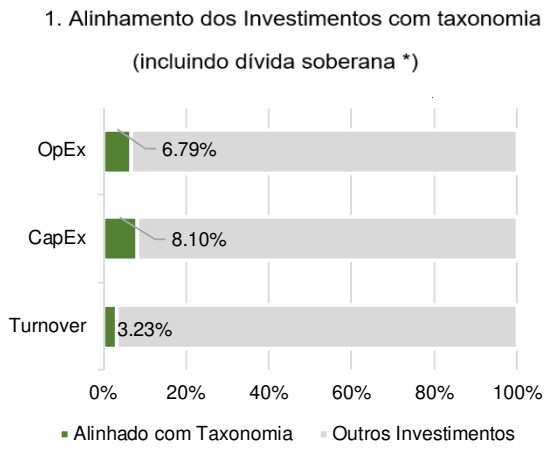
Com a entrada em vigor do Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão, de 9 de março de 2022, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas nos setores do gás fóssil e da energia nuclear, que se encontram desenvolvidos no Regulamento Delegado (UE) 2021/2139.

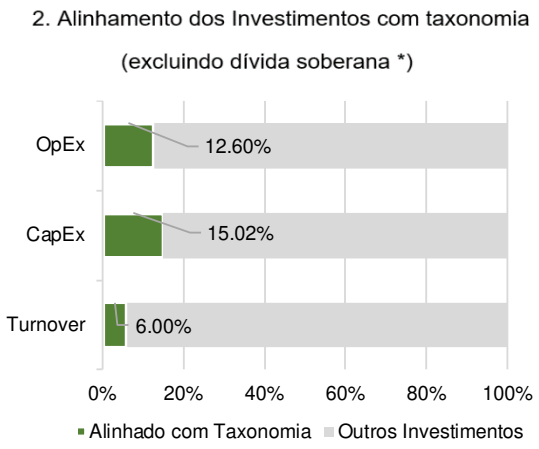
À data deste documento, consideramos não existirem ainda dados confiáveis, oportunos e verificáveis suficientes para que a Sociedade Gestora seja capaz de avaliar os investimentos usando os Critérios associados aos setores do gás fóssil e da energia nuclear.

Apesar da Sociedade Gestora valorizar a importância das atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear, que cumprem a taxonomia da UE, a estratégia seguida na gestão do OIC, em termos de sustentabilidade ambiental, concentrou-se em garantir uma exposição global que respeite os valores de exposição mínima às atividades ambientais de adaptação à mitigação climática e adaptação às mudanças climáticas, preconizados para a gestão deste OIC, conforme consta dos respetivos documentos pré-contratuais.

Os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que estão alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas, o primeiro gráfico mostra o alinhamento da taxonomia em relação a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo gráfico mostra o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.

[5] As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas («mitigação das alterações climáticas») e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE – ver nota explicativa acima. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem com a Taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.





Fonte: Caixa Gestão de Ativos

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem:

- do **volume de negócios**, reflexo do caráter «verde» das empresas beneficiárias do investimento neste momento.

- das **despesas de capital** (CapEx), mostrando os investimentos verdes realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, relevantes para a transição para uma economia verde.

- das **despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais verdes das empresas.

Qual é a percentagem mínima dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?

As **atividades capacitantes** permitem diretamente que outras atividades contribuam de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição são** atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Apesar da Sociedade Gestora valorizar a importância das referidas atividades, a estratégia seguida na gestão do OIC, em termos de sustentabilidade ambiental, concentrou-se em garantir uma exposição global que respeitando os valores de exposição mínima às atividades ambientais, expressos neste Anexo, os procurou maximizar.

Nesse contexto, a escolha de emitentes com atividades classificadas como de transição ou capacitantes não assumiu um caráter fundamental na gestão do OIC, pelo que a sua composição não incluiu investimento relevante em emitentes com presença em áreas classificadas como de transição ou capacitantes.

Como evoluiu a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE em comparação com os períodos de referência anteriores?

Tal como já foi descrito neste Anexo, não obstante não ter um objetivo sustentável, o OIC dedicou, no período, uma proporção do valor patrimonial em ativos com atividades

económicas qualificadas, de acordo com a análise da Sociedade Gestora, como sustentáveis do ponto de vista ambiental, ao abrigo do Regulamento da Taxonomia,

Com referência a 31/12/2024, o OIC apresentava exposição a ativos alinhados com a taxonomia correspondente a uma proporção de investimentos de 3,23% de receitas alinhadas com a taxonomia, valor que compara favoravelmente com o nível de exposição mínimo de 1,5%, preconizada para a gestão deste OIC, conforme consta dos respetivos documentos pré-contratuais. A evolução gráfica deste, já foi detalhada na questão deste Anexo "…Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro …".

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que **não têm em conta os critérios** aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental no âmbito do Regulamento (EU) 2020/852.

Apesar da Sociedade Gestora valorizar a importância das atividades ambientais não alinhadas com a taxonomia da UE, a estratégia seguida na gestão do OIC, em termos de sustentabilidade ambiental, concentrou-se em garantir uma exposição global que, respeitando os valores de exposição mínima às atividades ambientais expressos neste Anexo, os procurou maximizar.

Nesse contexto, a escolha de emitentes com exposição a atividades sustentáveis não alinhadas com a taxonomia da UE, não assumiu um caráter fundamental na gestão do OIC, pelo que a sua composição não incluiu uma exposição relevante a emitentes com este tipo de atividades.

Qual foi a percentagem mínima de investimentos socialmente sustentáveis?

Não Aplicável.

Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual era a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os ativos incluídos na categoria «#2 Outros», tiveram como propósito garantir uma adequada diversificação do OIC, concorrendo para os seus objetivos. Os ativos em causa correspondem a investimentos em obrigações, ações e fundos de investimento, aos quais, na análise da Sociedade Gestora, não estão associadas receitas que contribuam para ajudar a resolver alguns dos principais desafios sociais e ambientais do mundo.

Os investimentos incluídos nesta categoria seguiram a abordagem de sustentabilidade

definida pela Sociedade Gestora, disponível no seu site, tendo observado naturalmente as salvaguardas mínimas em matéria ambiental e social, de acordo com o definido na legislação.

Que medidas foram adotadas para cumprir as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Decorrente da estratégia seguida na gestão do OIC em 2024, tendo em vista a obtenção de um nível de retorno positivo, ajustado pelo risco, constata-se que a evolução nos indicadores de sustentabilidade do OIC durante o período em análise resultaram, por um lado, da dinâmica de melhoria dos indicadores por parte dos emitentes, fruto da consciencialização da importância das suas práticas e do seu impacto nos indicadores de sustentabilidade, e por outro, dos efeitos da estratégia de sustentabilidade da Sociedade Gestora, não só ao nível da integração de fatores de sustentabilidade na seleção de emitentes, como também do envolvimento estabelecido com os mesmos.

A abordagem da Sociedade Gestora, de acordo com o detalhado na sua Política de Envolvimento, não obstante pretender-se tão abrangente quanto possível, apresenta maior foco nas seguintes situações:

- Ao nível do Envolvimento direto com as Empresas, a Sociedade Gestora participou em articulação com outros investidores internacionais na avaliação e averiguação de situações identificadas em que alegadamente estiveram em causa possíveis práticas não adequadas em termos de sustentabilidade. A abordagem de envolvimento desenvolvida pela Sociedade Gestora durante 2024, nomeadamente no âmbito da gestão deste OIC, encontra-se detalhada no Relatório de Envolvimento de 2024 disponível no site da Sociedade Gestora.

Como corolário da dimensão estratégica que a abordagem de Envolvimento assumiu na estratégia de sustentabilidade da Sociedade Gestora, uma resposta negativa a esforços apoiados pela Sociedade Gestora, para a correção de práticas consideradas inadequadas à luz da sua visão da sustentabilidade, foi naturalmente um fator a condicionar negativamente um potencial investimento no emitente em questão.

Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparação com o índice de referência?

Os **índices de referência** são índices para aferir se o produto financeiro assegura a realização das características ambientais ou sociais que promove.

Não Aplicável

De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?

Não Aplicável

Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?

Não Aplicável

Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparação com o índice de referência?

Não Aplicável

Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparação com o índice geral de mercado?

Não Aplicável

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixa Wealth Defensivo PPR/OICVM - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma** (o "OIC"), gerido pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (a "Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 155 763 854 euros e um total de capital do OIC de 155 669 415 euros, incluindo um resultado líquido de 6 537 540 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Caixa Wealth Defensivo PPR/OICVM - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
(ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
(v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

(vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2025

Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC